

RESULTADO 1T19



Rio de Janeiro, 14 de maio de 2019

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa” ou “Companhia”; BM&FBovespa: TAEE11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do País, anuncia hoje seus resultados do primeiro trimestre de 2019.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), definidas neste documento como Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente. A apresentação dessas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Para as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2018, a Companhia passou a adotar, a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes, com base no método retrospectivo modificado, explicado na seção 3.4 deste documento. Dessa forma, a Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 31 de março de 2018 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 31 de março de 2019. Os ajustes e reclassificações referentes aos saldos de 30 de junho e 30 de setembro de 2018 serão realizados também a cada divulgação trimestral do respectivo resultado de 2019.

Em 2019, a Companhia passou a adotar o CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, onde as despesas com aluguéis deixaram de ser contabilizadas como outras despesas operacionais, passando a ser contabilizadas como despesas financeiras e depreciação. Portanto, a partir de 1º de janeiro de 2019, serão observadas diferenças nas linhas de Outros custos e despesas operacionais e de despesas financeiras, entre os Resultados Regulatório e IFRS. É importante ressaltar que na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

No Resultado Regulatório a seguir apresentado, preparado com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 (IFRIC 15) são eliminados, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação dessa interpretação. Além disso, a partir do primeiro trimestre de 2018, a fim de alinhar o Resultado Regulatório com as demonstrações financeiras apresentadas para a ANEEL, a Companhia passou a apresentar na linha “RAP Concessionárias” os valores referentes a RAP (Receita Anual Permitida) que não são contabilizados no Ativo Contratual. Estes valores anteriormente eram apresentados na linha de Outras Receitas, acompanhando o Resultado IFRS. É importante mencionar que o Resultado Regulatório não é auditado.

Para facilitar o entendimento das informações apresentadas neste documento, os termos associados às palavras Regulatório(a) e IFRS seguem os mesmos princípios e estrutura definidos acima para o Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente.

Em linha com as normas contábeis, a Taesa não consolida proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas. Dessa forma, os resultados da Transirapé, Transudeste, Transleste (em conjunto, “Transmineiras”), ETAU, Brasnorte, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e do grupo TBE são contabilizados na linha de equivalência patrimonial tanto no Resultado IFRS quanto no Regulatório.

A declaração de dividendos da Taesa é feita com base no Resultado IFRS revisado pelo auditor.

Teleconferência em Português

15 de maio de 2019
Quarta-feira
Brasília 12h
Nova York 11h

Tel.: + 55 11 3127 4971
Dial in: +1 929 378 3440
Senha: Taesa

| | |
|---------------------------|--|
| Raul Lycurgo Leite | CEO e Diretor Jurídico-Regulatório |
| Marcus Pereira Aucélio | CFO e DRI |
| Cristiano Prado Grangeiro | Gerente de RI |
| Contato RI | investor.relations@taesa.com.br |
| Telefone | + 55 21 2212 6060 |

ÍNDICE

| | | |
|-------|--|----|
| 1. | DESTAQUES DO RESULTADO | 5 |
| 2. | VISÃO GERAL | 7 |
| 2.1. | Estrutura Societária | 7 |
| 2.2. | Estrutura Societária TBE | 7 |
| 3. | DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO | 8 |
| 3.1. | Desempenho Operacional | 8 |
| 3.2. | Ciclo da RAP 2018-2019 | 9 |
| 3.3. | Redução de 50% da RAP | 10 |
| 3.4. | Impacto da Mudança Contábil (CPC 47) | 12 |
| 3.5. | Receita Líquida IFRS | 14 |
| 3.6. | Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS | 15 |
| 3.7. | EBITDA / Margem EBITDA IFRS | 16 |
| 3.8. | Receita Líquida Regulatória..... | 17 |
| 3.9. | Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios | 17 |
| 3.10. | EBITDA / Margem EBITDA Regulatório | 18 |
| 3.11. | Composição do EBITDA Regulatório | 19 |
| 3.12. | Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS | 20 |
| 3.13. | Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória..... | 20 |
| 3.14. | Resultado Financeiro Líquido | 21 |
| 3.15. | Impostos | 22 |
| 3.16. | Lucro Líquido | 25 |
| 3.17. | Dividendos e Juros sobre Capital Próprio | 27 |
| 3.18. | Endividamento | 28 |
| 3.19. | Investimentos | 30 |
| 3.20. | Projetos em Construção | 30 |
| 4. | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS..... | 33 |
| 4.1. | Receita IFRS por concessão | 33 |
| 4.2. | Movimentação do Ativo Contratual | 34 |
| 4.3. | DRE 1T19 | 35 |
| 4.4. | DRE IFRS 1T19 (Subsidiárias) | 36 |
| 4.5. | DRE Regulatório 1T19 (Subsidiárias)..... | 37 |
| 4.6. | Reconciliação do EBITDA..... | 38 |
| 4.7. | Balanço Patrimonial | 39 |
| 4.8. | Fluxo de Caixa | 40 |

1. DESTAQUES DO RESULTADO

CONTINUIDADE NA EXCELÊNCIA OPERACIONAL E IMPORTANTES AVANÇOS NOS PROJETOS GREENFIELD

A Taesa vem apresentando um desempenho operacional de destaque, sendo referência em operação e manutenção de linhas de transmissão no Brasil. No primeiro trimestre de 2019, a taxa de disponibilidade das linhas de transmissão da Taesa atingiu 99,96% e a Parcela Variável ficou positiva em R\$ 0,9 MM impactando positivamente a receita no período.

Além disso, o EBITDA Regulatório da Companhia totalizou R\$ 310,9 MM no 1T19 e, apesar de ter registrado uma queda anual de 16,7% devido principalmente ao corte de 50% na RAP de algumas concessões, registrou uma margem EBITDA de 85,7%, demonstrando resiliência e consistência operacional em um período de queda das receitas das concessões de categoria 2.

Ao fim do 1T19, a Taesa apresentou uma posição de caixa de R\$ 1.200,8 MM, 45,8% maior que o registrado ao fim de 2018, e uma dívida líquida de R\$ 2.368,8 MM, 3,2% menor que o 4T18. Com isso, o índice de alavancagem (Dívida Líquida / EBITDA) da Companhia ficou em 1,7x no 1T19, em linha com o índice do 4T18.

O início deste ano também foi marcado por importantes avanços nos projetos em construção. A Companhia obteve a licença prévia para ESTE e as licenças de instalação para EDTE, Aimorés, Paraguaçu e algumas instalações de Ivaí (o maior empreendimento em construção da Taesa, em parceria com a ISA Cteep, de quase R\$ 2 bilhões em investimentos). Com as licenças de instalação (LI's) emitidas, as obras já podem ser iniciadas. Adicionalmente, a Companhia vem concentrando esforços para antecipar a entrega de seus projetos, bem como buscar eficiência de Capex e melhores condições de financiamento. Sobre este último, a Companhia contratou, para o empreendimento de Janaúba por exemplo, financiamento de R\$ 699 MM com o BNB a IPCA + 2,30% por 20 anos e debênture de infraestrutura de R\$ 224 MM a IPCA + 4,50% por 14,5 anos, financiando portanto mais de 80% do projeto.

Ainda no primeiro trimestre de 2019, outras importantes frentes evoluíram. Em janeiro, a Eletrobras homologou a aquisição da Taesa nos lotes L (Brasnorte) e N (ETAU) no âmbito do Leilão Eletrobras 01/2018, encerrando o processo formal do leilão – a aquisição do lote M (Transmineiras) já havia sido homologada em novembro de 2018. Com isso, a Companhia assinou contratos de compra e venda das participações da Eletrobras na Brasnorte, ETAU e Transmineiras, já obtendo inclusive aprovações do CADE nessas aquisições. Por fim, a Taesa concluiu a aquisição da participação na ETAU, em 29 de abril de 2019, passando a deter 75,6% desta concessão. No processo de aquisição dos 4 ativos operacionais da Âmbar Energia Ltda., o CADE aprovou em janeiro a transação e a ANEEL e a Caixa Econômica Federal aprovaram o pedido de anuência da aquisição de 100% das ações representativas do capital total da São João Transmissora de Energia S.A. e da São Pedro Transmissora de Energia S.A. A Companhia continua trabalhando para que todas as condições precedentes sejam cumpridas a fim de concluir com sucesso a aquisição e adicionar mais R\$ 130 MM de RAP e 1.227 km de novas linhas em sua base de ativos.

O lucro líquido em IFRS totalizou R\$ 159,6 MM no 1T19, uma redução de 31,0% em relação ao 1T18, explicado majoritariamente pelo IGP-M que apresentou uma deflação de 0,20% no primeiro trimestre de 2019 (contra uma inflação de 1,72% no 1T18). Esta queda foi minimizada em parte pelo impacto das margens dos projetos em construção, concentrado principalmente no empreendimento de Miracema que apresentou um crescimento relevante nos investimentos entre o 1T19 e o 1T18, gerando um impacto positivo de mais de R\$ 30 MM no resultado em IFRS.

Vale destacar por fim a aprovação da destinação do lucro líquido de 2018 pela Assembleia de Acionistas no dia 29 de abril de 2019. Sendo assim, na data de hoje, 14 de maio de 2019, foram pagos os dividendos adicionais no valor de R\$ 57,2 MM, com data-base de 3 de maio de 2019, totalizando R\$ 858,1 MM de distribuição de proventos referente ao exercício social de 2018, o que representa um payout de 89,9% do lucro líquido ajustado do ano. Adicionalmente, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, na data de hoje, a distribuição total de R\$ 96,7 MM (R\$ 0,28 / Unit) entre dividendos intercalares e Juros sobre Capital Próprio, com base nas demonstrações financeiras intermediárias levantadas em 31 de março de 2019. O pagamento ocorrerá no dia 28 de maio de 2019, a partir da data-base de 17 de maio de 2019. É importante ressaltar que, com o objetivo de não comprometer a posição de caixa e a alavancagem da Taesa, os efeitos no resultado em IFRS gerados pela adoção do CPC 47 (Ativo Contratual) não tem sido distribuídos aos acionistas, sendo portanto contabilizados como reserva especial para futura distribuição de dividendos.

Principais Indicadores do 1T19

| R\$ MM | Consolidado | | | Consolidado e Participações | | |
|-----------------------|-------------|---------|---------|-----------------------------|---------|---------|
| | 1T19 | 1T18* | Var.% | 1T19 | 1T18* | Var.% |
| Receita Líquida Reg. | 362,7 | 418,6 | -13,4% | 456,6 | 530,5 | -13,9% |
| EBITDA Reg. | 310,9 | 373,4 | -16,7% | 395,6 | 474,5 | -16,6% |
| Margem EBITDA Reg. | 85,7% | 89,2% | -3,5 pp | 86,6% | 89,4% | -2,8 pp |
| Receita Líquida IFRS | 342,2 | 334,0 | 2,5% | 418,1 | 435,2 | -3,9% |
| Lucro Líquido IFRS | 159,6 | 231,2 | -31,0% | 347,6 | 293,8 | 18,3% |
| Dívida Líquida | 2.368,8 | 2.179,0 | 8,7% | 2.717,8 | 2.624,5 | 3,6% |
| Dívida Líquida/EBITDA | - | - | - | 1,7 | 1,3 | 30,8% |

* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 31 de março de 2018 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 31 de março de 2019.

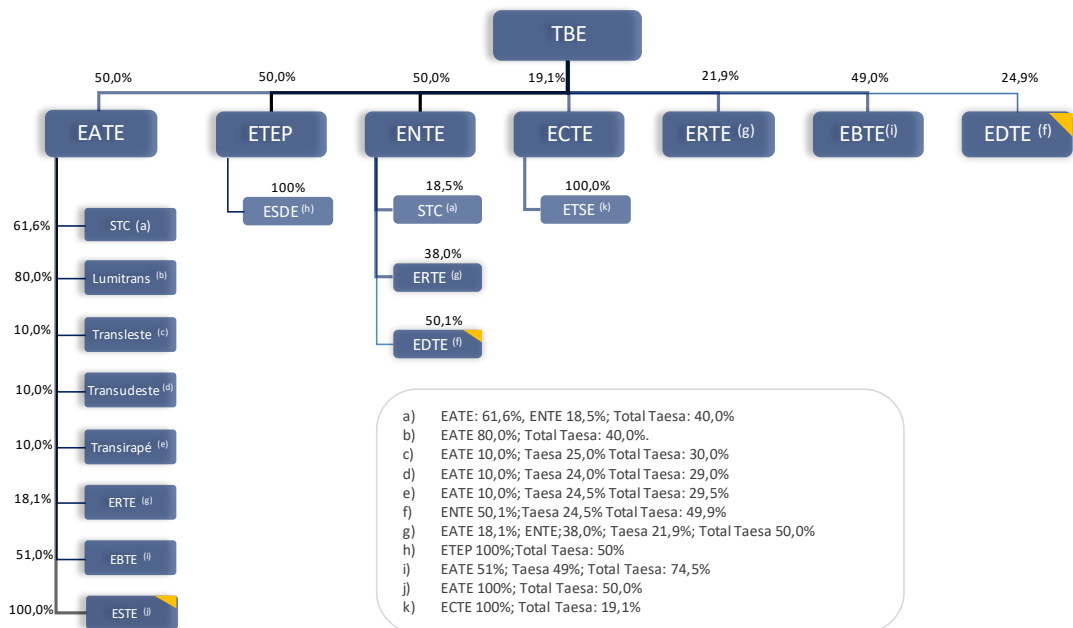
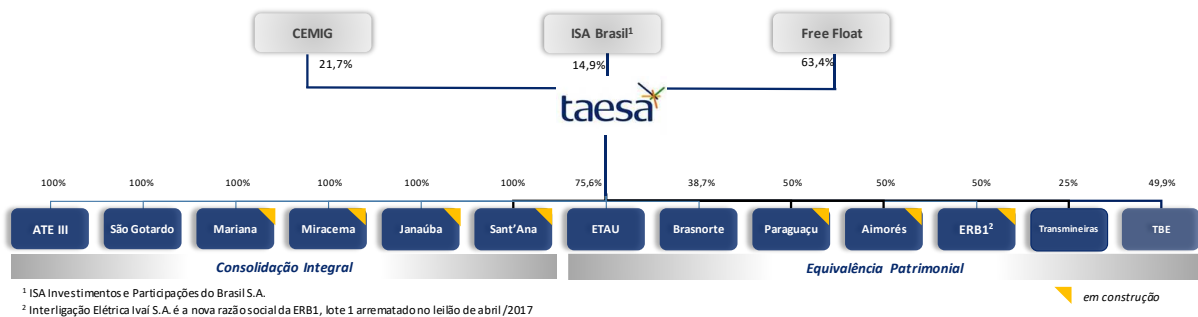
2. VISÃO GERAL

2.1. Estrutura Societária

As 36 concessões/participações de transmissão detidas pela Taesa estão segregadas em: (i) 10 concessões que compõem a empresa holding (TSN, NVT, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE e ATE II), (ii) 6 investidas integrais (ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba e Sant’Ana) e (iii) 20 participações (ETAU, Brasnorte, Paraguaçu, Aimorés, Transmineiras e a TBE).

A Taesa arrematou o lote 12 do leilão de transmissão nº 004/2018 da ANEEL, realizado no dia 20 de dezembro de 2018, a uma RAP de R\$ 58.956.000,00. O empreendimento, nomeado como Sant’Ana Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“Sant’Ana”), está localizado no Estado do Rio Grande do Sul, tem 587 km de extensão de linhas e um CAPEX ANEEL de R\$ 610 MM com prazo de construção de 48 meses. O contrato de concessão de Sant’Ana foi assinado em 25 de março de 2019.

2.2. Estrutura Societária TBE



TBE é o nome fantasia dado ao grupo de 15 concessões.

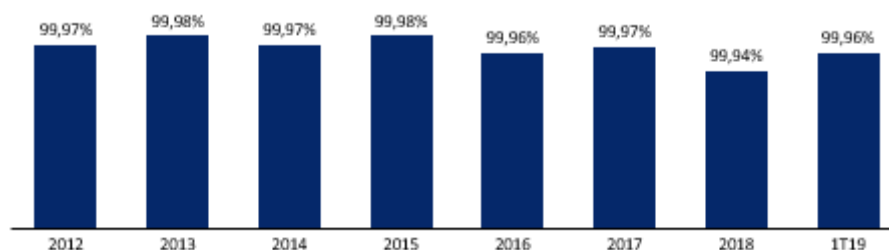
Em construção

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1. Desempenho Operacional

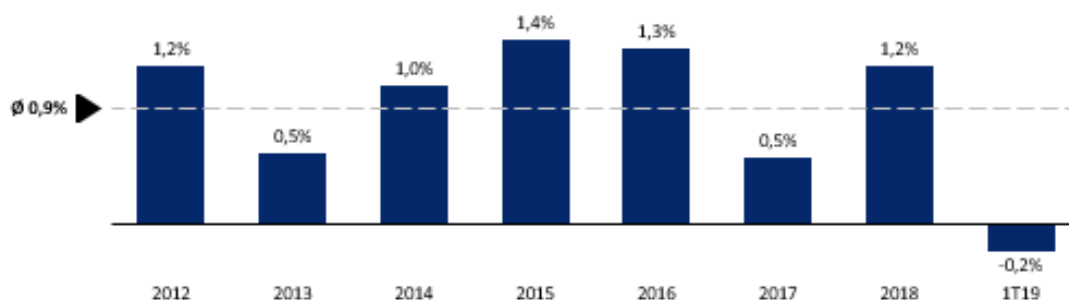
Com um desempenho operacional consistente ao longo dos anos, a Taesa apresentou, no primeiro trimestre de 2019, uma taxa média consolidada de disponibilidade da linha de 99,96%, conforme gráfico abaixo, que apresenta o desempenho consolidado da Companhia, portanto, não considerando ETAU, Brasnorte, Transmineiras e TBE.

A Taxa de Disponibilidade da Linha é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste em: número de horas que a linha fica disponível, dividido pelo número de horas contidas em 1 ano (8.760 horas), medido por trechos de 100km.



$$\sum \frac{(\text{Extensão da linha} \times \text{horas disponíveis})/100}{(\text{Extensão da linha} \times 8.760 \text{ horas})/100} \times 100$$

O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade da linha de transmissão na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV). Devido ao comportamento instável da PV no curto prazo, a melhor maneira de entender o desempenho da Companhia é analisar o valor da PV dividido pela RAP, conforme gráfico abaixo.



A PV no 1T19 foi positiva em R\$ 0,9 MM, uma melhora de R\$ 4,5 MM na comparação com o 1T18. Esta variação foi provocada, principalmente, pelas reversões de provisões em 2019 que superaram os eventos ocorridos no período e pela ocorrência no 1T18 de diversos eventos de pequeno impacto, dos quais pode-se destacar: (i) ocorrência de desligamento automático na Novatrans em novembro de 2017 que gerou impacto na PV do 1T18; (ii) desligamento na LT da TSN devido à explosão da bucha do Reator 05E1 da SE Bom Jesus da Lapa II; (iii) desligamento por causa externa devido aos trabalhos da CEEE de integração e reconfiguração dos secundários dos TPs da barra "P" de 230 kV da STE; e (iv) manutenção corretiva para reparo no vazamento de óleo na NTE.

3.2. Ciclo da RAP 2018-2019

Em junho de 2018, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 2.408/18 que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2018-2019, passando a valer a partir de 1.º de julho de 2018 até 30 de junho de 2019. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste de 4,26%, e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste de 2,86%.

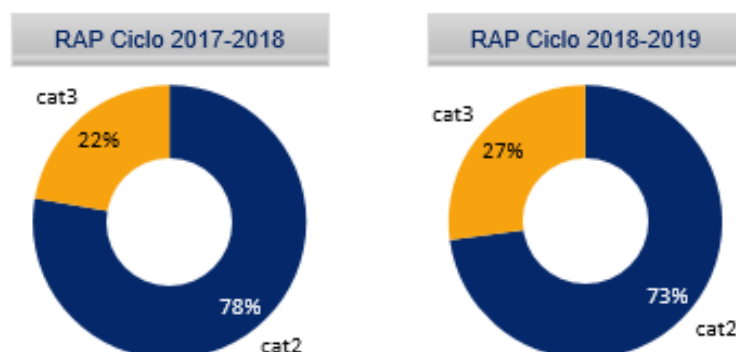
| RAP (R\$ MM) | Ciclo 2016/2017 | Ciclo 2017/2018 | Ciclo 2018/2019 |
|---------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Ajuste IGP-M | 11,1% | 1,6% | 4,3% |
| Novatrans ² | 512,2 | 517,2 | 413,5 |
| TSN ² | 494,9 | 427,9 | 279,6 |
| Munirah | 35,9 | 36,5 | 38,0 |
| GTESA | 9,2 | 9,4 | 5,8 |
| PATESA ² | 23,9 | 25,0 | 26,1 |
| ETAU ¹² | 22,4 | 24,2 | 25,2 |
| ETEO | 112,8 | 88,1 | 91,9 |
| NTE ² | 151,0 | 153,4 | 125,2 |
| STE ² | 80,3 | 81,6 | 85,3 |
| ATE I ² | 146,7 | 149,0 | 155,4 |
| ATE II ² | 226,7 | 230,3 | 240,2 |
| EATE ¹² | 211,1 | 177,1 | 113,6 |
| ETEP ¹ | 48,3 | 28,2 | 25,6 |
| ENTE ¹ | 110,8 | 112,6 | 117,4 |
| ECTE ¹ | 15,1 | 9,0 | 9,4 |
| ERTE ¹² | 24,9 | 25,3 | 26,3 |
| Lumitrans ¹² | 10,5 | 10,7 | 11,1 |
| Transleste ¹⁶ | 2,0 | 12,2 | 12,8 |
| Transirapé ¹⁶ | 1,5 | 9,8 | 10,2 |
| Transudeste ¹⁶ | 1,2 | 7,3 | 7,6 |
| Subtotal | 2.241,6 | 2.134,7 | 1.820,4 |
| Ajuste IPC-A | 9,3% | 3,6% | 2,9% |
| ATE III ²³⁵ | 112,2 | 116,3 | 119,8 |
| São Gotardo ³ | 5,0 | 5,2 | 5,2 |
| Mariana ³⁴ | 13,8 | 14,3 | 14,7 |
| Miracema ³⁴ | 58,3 | 60,4 | 62,1 |
| Janaúba ³⁴ | 174,6 | 180,3 | 185,4 |
| Aimorés ³⁴ | 35,7 | 36,9 | 37,9 |
| Paraguaçu ³⁴ | 53,3 | 55,0 | 56,6 |
| Brasnorte ¹²³ | 9,7 | 10,1 | 10,2 |
| STC ¹²³⁵ | 16,6 | 17,6 | 18,1 |
| EBTE ¹²³ | 32,9 | 34,0 | 35,8 |
| ESDE ¹³ | 6,3 | 6,5 | 6,7 |
| ETSE ¹²³ | 4,1 | 3,7 | 3,8 |
| ESTE ³⁴ | 50,5 | 52,1 | 53,6 |
| Ivaí ¹³⁴ | 0,0 | 136,6 | 140,5 |
| EDTE ¹³⁴⁷ | 0,0 | 32,1 | 33,0 |
| Sant'Ana ³⁴ | 0,0 | 0,0 | 59,0 |
| Subtotal | 573,1 | 761,1 | 842,4 |
| Total | 2.815 | 2.896 | 2.663 |

Considerando as concessões controladas, investidas em conjunto e coligadas¹, a RAP total (operacional e em construção) da Taesa para o ciclo 2018-2019 é de R\$ 2.663 MM, sendo 55% no nível da *holding*. Como nove concessões ainda estão em fase de construção (Mariana, Miracema, Janaúba, Paraguaçu, Aimorés, ESTE, Ivaí, EDTE e Sant'Ana), a RAP operacional da Taesa para o ciclo 2018-2019 ficou em R\$ 2.020 MM.

O reajuste da RAP para o ciclo 2018-2019 foi diferente da inflação em algumas concessões pelos seguintes motivos: (i) **Novatrans, GTESA, NTE, TSN, EATE e ETEP** sofreram o corte de 50% da RAP, em razão da entrada no 16º ano de operação (para maiores detalhes, vide página 9); (ii) **STE** apresentou entrada em operação de novas melhorias; (iii) **São Gotardo** apresentou efeito de revisão tarifária; (iv) **Brasnorte** apresentou entrada em operação de reforços e efeito de revisão tarifária; e (v) **EBTE** apresentou entrada em operação de reforço.

Vale destacar que o empreendimento Sant'Ana foi adquirido no leilão de transmissão nº 004/2018 da ANEEL no dia 20 de dezembro de 2018 quando a Taesa se sagrou vencedora na disputa pelo lote 12.

Os valores publicados de RAP das concessões ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Aimorés, Paraguaçu, Brasnorte, STC, EBTE, ESDE, ETSE, ESTE, Ivaí, EDTE e Sant'Ana devem ser adicionados de PIS/COFINS.



¹ Valor de RAP proporcional à participação da Taesa

² Incluindo os projetos de reforços

³ Adicionar PIS/COFINS

⁴ Em construção

⁵ Concessão de Categoria II com ajuste pelo IPCA

⁶ TAESA aumentou stake em novembro de 2017

⁷ Aquisição em março de 2018

3.3. Redução de 50% da RAP

Os contratos de concessão de transmissão licitados entre 1999 e 2006 (Categoria II) preveem a redução de 50% da RAP (Rede Básica) a partir do 16º ano de operação comercial das instalações. Dado que os contratos de concessão possuem instalações cuja parcela de RAP associada será reduzida em 50% em datas distintas ao longo do seu ciclo, foi calculada uma RAP equivalente a ser recebida pelas concessionárias ao longo do referido ciclo, e nos ciclos futuros, considerando os valores pro-rata das parcelas de RAP sem redução, desde o início do ciclo (1º de julho) até a data de fim do 15º ano de operação comercial das instalações, e os valores pro-rata das parcelas de RAP com redução de 50%, a partir da data de início do 16º ano de operação comercial das instalações até o final do mesmo ciclo (30 de junho).

Para os ciclos 2017-2018 e 2018-2019, sete concessões atingiram ou irão atingir o 16º ano de operação¹:

- **ETEP³**: 99,7% da RAP da ETEP entrou no 16º ano de operação em 25/8/2017.
- **EATE³**: 19,0% da RAP da EATE entrou no 16º ano de operação em 1/2/2018, 45,6% da RAP em 20/2/2018, e 33,5% da RAP em 10/3/2018.
- **TSN³**: 89,9% da RAP da TSN entrou no 16º ano de operação em 4/3/2018, 4,0% da RAP em 5/4/2018, 0,7% da RAP em 22/5/2018, e 1,3% da RAP em 3/6/2018.
- **Novatrans (NVT)**: 16,3% da RAP da Novatrans entrou no 16º ano de operação em 3/6/2018, 19,4% da RAP em 8/12/2018, 19,1% da RAP em 23/12/2018 e 45,2% da RAP em 8/4/2019.
- **GTESA**: 100% da RAP da GTESA entrou no 16º ano de operação em 26/8/2018.
- **NTE**: 100% da RAP da NTE entrou no 16º ano de operação em 25/1/2019.
- **STE³**: 19,0% da RAP da STE entrará no 16º ano de operação em 27/6/2019. No ciclo 2019-2020, 36,6% da RAP entrará no 16º ano de operação em 13/7/2019, e 42,1% da RAP em 18/7/2019.

Para os ciclos futuros, treze concessões irão atingir o 16º ano de operação¹:

- **PATESA³**: 98,2% da RAP da PATESA entrará no 16º ano de operação em 1/9/2019.
- **ERTE³**: 71,5% da RAP da ERTE entrará no 16º ano de operação em 15/9/2019.
- **ENTE**: 100% da RAP da ECTE entrará no 16º ano de operação em 12/2/2020.
- **ETAU³**: 34,2% da RAP da ETAU entrará no 16º ano de operação em 17/4/2020 e 36,0% da RAP em 29/9/2020.
- **Munirah**: 100% da RAP da Munirah entrará no 16º ano de operação em 30/10/2020.
- **ATE I**: 54,0% da RAP da ATE entrará no 16º ano de operação em 8/10/2020 e 46,0% da RAP em 27/10/2020.
- **Transleste**: 100% da RAP da Transleste entrará no 16º ano de operação em 18/12/2020.
- **ATE II**: 100% da RAP da ATE II entrará no 16º ano de operação em 11/12/2021.
- **Transudeste**: 100% da RAP da Transudeste entrará no 16º ano de operação em 23/2/2022.
- **Transirapé³**: 45,1% da RAP da Transirapé entrará no 16º ano de operação em 23/5/2022 e 15,9% da RAP em 30/5/2022.
- **Lumitrans³**: 99,9% da RAP da Lumitrans entrará no 16º ano de operação em 3/10/2022.
- **STC³**: 71,9% da RAP da STC entrará no 16º ano de operação em 8/11/2022.
- **ATE III³**: 54,4% da RAP da ATE III entrará no 16º ano de operação em 27/4/2023 e 40,1% em 23/5/2023.

Nos ciclos anteriores, duas concessões atingiram o 16º anos de operação¹:

- **ETEO**: 100% da RAP da ETEO entrou no 16º ano de operação em 19/10/2016.
- **ECTE³**: 67,6% da RAP da ECTE entrou no 16º ano de operação em 9/3/2017 e 28,4% entrou em 26/3/2017.

Notas:

1. O cronograma de redução de 50% da RAP destacado acima foi retirado da Nota Técnica nº 144-2018-SGT da ANEEL.
2. Os percentuais da RAP foram calculados com base no valor da RAP anterior à data da 1ª redução de 50%.
3. Para aquelas concessões cujos percentuais da RAP apontados acima não somam 100%, a diferença se deve a reforços/melhorias que não se enquadram nos ativos de categoria 2 sujeitos ao corte de 50% da RAP no início do 16º ano de operação.

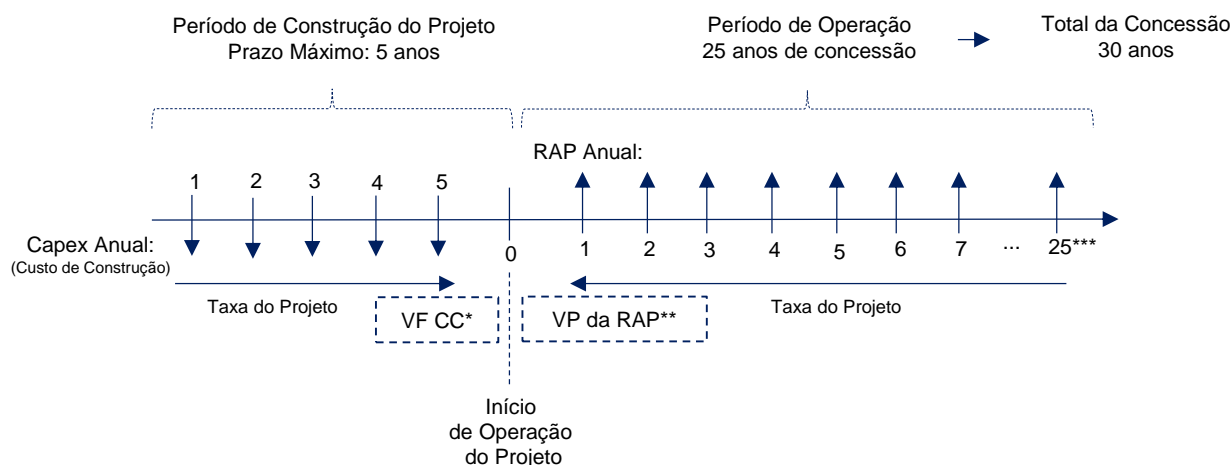
3.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)

Na contabilização em IFRS até o 3º trimestre de 2018, os investimentos eram reconhecidos como Ativo Financeiro a custo amortizado, conforme a Resolução nº 1.261 de 10/12/2009 (Conselho Federal de Contabilidade). Como consequência, a receita em IFRS refletia a movimentação do Ativo Financeiro. A partir de 1º de janeiro de 2018, passou a ser obrigatória a adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou do IFRS 15 (CPC 47), com divulgação dessa nova contabilização a partir das Demonstrações Financeiras Anuais de 2018. A Companhia optou por adotar o IFRS 15, cujos princípios se baseiam no modelo de negócio que identifica o contrato com o cliente (bens ou serviços) e suas respectivas obrigações contratuais de desempenho, definindo-se o preço de transação e reconhecimento da receita a partir da realização dessas obrigações (reconhecimento do Ativo Contratual).

A taxa considerada para o cálculo do Ativo Financeiro era a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro (TRAF) que igualava o valor presente dos investimentos com o valor presente do fluxo de recebimentos do ativo financeiro, isto é, era a taxa interna de retorno do fluxo. Para o cálculo do Ativo Contratual, a taxa adotada passa a ser a taxa de mercado à época do leilão, fixada ao longo do prazo da concessão ("Taxa do Projeto"). A Taesa optou por adotar o WACC real de leilão (ANEEL) como a Taxa do Projeto por ser uma taxa conhecida e de referência para o mercado. É importante mencionar que essa alteração na taxa acima explicada se aplica apenas às empresas que foram construídas pela Companhia ou estão em processo de construção. No caso de aquisições, *brownfield*, não houve mudança de taxa, por não ser possível retroagir à data de construção do projeto. Desse modo, entendemos que a taxa até então utilizada é a mais adequada.

Com base no exposto acima, a contabilização do ativo de transmissão passou a vigorar como Ativo Contratual e não mais como Ativo Financeiro. Portanto, o Ativo Contratual é calculado mensalmente a partir do fluxo futuro dos recebimentos trazidos a valor presente pela Taxa do Projeto.

FLUXO DE CAIXA DO PROJETO



O cálculo da **Margem de Construção** é feito pela diferença entre o VPL da RAP e o VF CC:

- (i) VF CC = VP da RAP → Margem de Construção = 0
- (ii) VF CC > VP da RAP → Margem de Construção < 0
- (iii) VF CC < VP da RAP → Margem de Construção > 0

* VF CC: Valor Futuro do Custo de Construção

** VP da RAP: Valor Presente da Receita Anual Permitida (**Formação do Ativo Contratual**)

***VP dos recebíveis incluem a RAP e o saldo residual a ser indenizado

No método contábil adotado (CPC 47 - Ativo Contratual), as eficiências geradas no projeto em construção são contabilizadas como margem de construção na receita. Isto é, a receita de construção passa a constituir uma margem de construção, calculada pela diferença entre o Valor Presente da RAP e Valor Futuro do Custo de Construção no momento da entrada em operação (vide figura acima). Portanto, se antes no Ativo Financeiro o impacto da construção no resultado era praticamente nulo durante a fase pré-operacional (receita de construção era igual ao custo de construção mais PIS/COFINS), agora no Ativo Contratual a margem de construção impactará a Demonstração de Resultados do projeto. Em outras palavras, a receita de construção passa a ser calculada, ao longo do período pré-operacional, pelo custo de construção mais a margem de construção, que inclui também o juros de remuneração do ativo no período, calculada pela Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo contratual.

Outra mudança importante acontece na linha de remuneração do ativo. No método do Ativo Financeiro, a receita de remuneração era calculada a partir da TRAF que incidia sobre o saldo do ativo financeiro desde o início da concessão. No método do Ativo Contratual, essa receita de remuneração é calculada com base na Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo contratual e passa a ser contabilizada somente após a entrada em operação do projeto. Durante o período de construção, o juros de remuneração faz parte da Receita de Construção e o cálculo é o mesmo descrito acima.

As demais linhas da receita em IFRS (O&M e Correção Monetário do Ativo) mantem exatamente o mesmo critério de contabilização do método utilizado anteriormente.

Outra mudança na adoção do CPC 47 ocorre no tratamento de adiantamento com fornecedores. Anteriormente com o Ativo Financeiro, o adiantamento era registrado diretamente no balanço patrimonial como ativo financeiro, e portanto não transitava no resultado. A partir da contabilização pelo Ativo Contratual, esse adiantamento deve necessariamente passar pelo resultado como custo de construção.

Impactos da mudança contábil para o Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2018:

O ajuste gerado pela adoção do CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018:

- (i) Para o saldo inicial (de partida) do Ativo Contratual em 31 de dezembro de 2017, o ajuste foi lançado na conta de reserva especial do exercício de 2018 (Patrimônio Líquido) no montante de R\$113.399.544,45;
- (ii) Para o Exercício Social de 2018, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 116.924.085,17. Por este ajuste não ter efeito caixa, não foi distribuído como dividendos para o exercício social de 2018.

Os ajustes acima mencionados foram contabilizados na conta de Reserva Especial e Reserva Legal (5%), essa última refere-se apenas ao Resultado do Exercício de 2018 da Companhia.

A fim de não comprometer o caixa e a alavancagem da Companhia, a conta de Reserva Especial será utilizada para futura distribuição de dividendos, tendo em vista que a adoção do CPC 47 não tem efeito caixa (a eficiência/ineficiência do projeto é contabilizada como margem de construção durante a fase de construção dos projetos com efeito puramente contábil no resultado em IFRS).

3.5. Receita Líquida IFRS

A Receita Líquida IFRS do 1T19 foi de R\$ 342,2 MM, 2,5% maior que o 1T18, devido principalmente ao aumento nos investimentos nos projetos em construção mas compensado em parte pela queda dos índices macroeconômicos.

A partir da adoção do CPC 47 (IFRS 15), conforme explicado na seção 3.4, a mudança no reconhecimento do ativo de transmissão produz efeito na receita de construção que passa a contabilizar uma margem de construção, passando a gerar, portanto, impacto no lucro líquido da Companhia.

Considerando o reajuste inflacionário da receita assegurado no contrato de concessão, a Taesa contabiliza mensalmente a correção monetária do ativo contratual da concessão no resultado. Dessa forma, o efeito inflacionário é diluído mês a mês considerando-se a inflação em IGP-M ou IPCA verificada no mês anterior. Os índices utilizados para a correção monetária do primeiro trimestre de 2019 foram: IGP-M de -1,08%, 0,01% e 0,88% (acumulado -0,20%), e IPCA de 0,15%, 0,32% e 0,43% (acumulado +0,90%), referente aos meses de dezembro de 2018 e janeiro e fevereiro de 2019, respectivamente. No primeiro trimestre de 2018, o IGP-M apurado foi de 0,89%, 0,76% e 0,07% (acumulado +1,72%), e o IPCA de 0,44%, 0,29% e 0,32% (acumulado +1,05%), referente aos respectivos meses de 2018.

Receita Operacional Líquida - IFRS (Consolidado)

| | R\$ MM | 1T19 | 1T18* | Var.% |
|---|--------|---------------|---------------|-------------|
| Operação e manutenção | | 145,9 | 139,6 | 4,5% |
| Remuneração do ativo contratual de concessão | | 124,7 | 127,8 | -2,4% |
| Correção monetária do ativo contratual de concessão | | (2,4) | 68,9 | n/a |
| Construção e indenização | | 111,8 | 38,1 | 193,1% |
| Total Receitas IFRS | | 380,0 | 374,4 | 1,5% |
| Parcela variável | | 0,9 | (3,6) | n/a |
| Outras receitas operacionais | | 2,6 | 1,3 | 100,2% |
| Receita operacional bruta | | 383,6 | 372,1 | 3,1% |
| PIS e COFINS | | (20,8) | (18,0) | 15,7% |
| ISS | | (0,04) | (0,0) | -1,9% |
| RGR, P&D, TFSEE, PROINFA e CDE | | (20,5) | (20,2) | 1,6% |
| Deduções da receita bruta | | (41,3) | (38,2) | 8,2% |
| Receita operacional líquida | | 342,2 | 334,0 | 2,5% |

* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 31 de março de 2018 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 31 de março de 2019.

A variação e a composição da receita líquida IFRS da Taesa refletem, principalmente, os seguintes aspectos:

- **Operação e manutenção:** O crescimento de 4,5% da receita de O&M na comparação anual se deve ao reajuste inflacionário do ciclo 2018-2019, de 4,26% no IGP-M e 2,86% no IPCA, conforme Resolução Homologatória nº 2.408/18 (vide seção 3.2).
- **Remuneração do ativo contratual de concessão:** Calculada pela multiplicação da taxa do projeto sobre o saldo do ativo contratual (contabilizada somente no período operacional da concessão). A queda de 2,4% entre o 1T19 e o 1T18 se deve, principalmente, à amortização do saldo do ativo pelos recebimentos.
- **Correção monetária do ativo contratual de concessão:** Baseada no reajuste mensal pela inflação. Entre o 1T19 e o 1T18, esta receita registrou uma redução de R\$ 71,2 MM em razão dos índices macroeconômicos registrados nos períodos comparados, especialmente o IGP-M, ao qual a Taesa é atualmente mais exposta, que registrou deflação de 0,20% no 1T19 versus uma inflação de 1,72% registrada no 1T18.
- **Construção e indenização:** Conforme explicado na seção 3.4, a partir da adoção do CPC 47 as eficiências geradas até então nos projetos em construção passam a ser contabilizadas como margem de construção nessa linha da

receita. Lembrando que os juros de remuneração do ativo também são adicionados à receita de construção durante o período pré-operacional. O aumento anual de R\$ 73,6 MM se deve ao crescimento nos investimentos dos empreendimentos em construção, principalmente Miracema e Mariana, cujo crescimento entre os períodos na receita de construção foi de R\$ 62,6 MM e R\$ 7,8 MM, respectivamente.

- **Parcela variável (PV):** Melhora em R\$ 4,5 MM entre o 1T19 e o 1T18 devido a reversões de provisões em 2019 que superaram os eventos ocorridos no período e à ocorrência no 1T18 de diversos eventos de pequeno impacto.
- **Outras receitas operacionais:** Crescimento anual de R\$ 1,3 MM se deve, basicamente, ao aumento da receita com CDE e PROINFA da concessão GTESA.
- **Deduções da receita bruta:** O aumento de 8,2% na comparação anual ocorreu em função do PIS/COFINS que seguiu a elevação na receita bruta em IFRS (o tributo varia de acordo com cada concessão – vide página 23).

3.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 116,6 MM no 1T19, 65,7% maior quando comparado ao 1T18.

Custos, Despesas e D&A - IFRS (Consolidado)

| | R\$ MM | 1T19 | 1T18* | Var. % |
|---------------------------|--------|----------------|---------------|--------------|
| Pessoal | | (32,7) | (29,6) | 10,7% |
| Material | | (63,5) | (24,0) | 164,7% |
| Serviço de terceiros | | (11,7) | (10,1) | 16,0% |
| Outros | | (5,2) | (5,2) | 0,5% |
| Total | | (113,2) | (68,9) | 64,3% |
| Depreciação e amortização | | (3,4) | (1,5) | 128,2% |
| Total | | (116,6) | (70,3) | 65,7% |

* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 31 de março de 2018 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 31 de março de 2019.

As variações nos custos IFRS foram ocasionadas principalmente pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 10,7% na comparação entre o 1T19 e o 1T18 é explicado, principalmente, pelo reajuste salarial dos funcionários referente ao acordo coletivo e pelas horas extras relacionadas à conclusão da implementação do novo sistema SAP.
- **Material:** O aumento de R\$ 39,4 MM entre o 1T19 e o 1T18 se deve, principalmente, à evolução dos empreendimentos em construção de Miracema (+R\$ 34,1 MM) e Mariana (+ R\$ 4,9 MM).
- **Serviços de terceiros:** O crescimento anual de 16,0% é devido às despesas relacionadas a licenciamento de softwares resultado da implementação do novo sistema SAP.
- **Outros:** Essas despesas em 1T19 ficaram em linha com o mesmo período do ano passado, devido a adoção do CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, que gerou um impacto de R\$ 2,0 MM, em 2019, relativo à despesas de aluguéis que passaram a ser contabilizadas como despesas financeiras e depreciação, em contrapartida no balanço, nas linhas de Passivo de Arrendamento (CP e LP) e no Ativo Direito de Uso (LP).
- **Depreciação e amortização:** A variação de 128,1% foi devido à adoção do CPC 06 (IFRIC 16) a partir de janeiro de 2019, onde foi registrado o valor de R\$ 1,7 MM referentes à depreciação do Direito do Uso (taxa linear).

3.7. EBITDA / Margem EBITDA IFRS

EBITDA IFRS no 1T19 totalizou R\$ 229,1 MM com margem EBITDA de 66,9%. A redução de 13,6% do EBITDA IFRS na comparação anual foi reflexo, principalmente, da queda registrada no IGP-M entre os trimestres comparados, com consequente redução da receita de correção monetária do ativo contratual em R\$ 71,2 MM, efeito que mais que compensou o ganho da margem de construção com a evolução dos projetos no período.

O **EBITDA IFRS** não é uma medida que reflete a geração de caixa operacional da Companhia, uma vez que o padrão IFRS gera um descolamento entre DRE e Fluxo de Caixa.

EBITDA IFRS (Consolidado)

| | R\$ MM | 1T19 | 1T18* | Var.% |
|----------------------|--------|--------------|--------------|-----------------|
| Receita líquida | | 342,2 | 334,0 | 2,5% |
| Custos e despesas | | (113,2) | (68,9) | 64,3% |
| EBITDA | | 229,1 | 265,1 | -13,6% |
| Margem EBITDA | | 66,9% | 79,4% | -12,4 pp |

* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 31 de março de 2018 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 31 de março de 2019.

3.8. Receita Líquida Regulatória

Receita Líquida Regulatória no 1T19 totalizou R\$ 362,7 MM, 13,4% menor que no 1T18, explicado pelo corte de 50% da RAP de algumas concessões.

A Receita Líquida Regulatória não é impactada pelo reconhecimento dos efeitos inflacionários descrito na seção 3.5 da Receita Líquida IFRS (página 14), visto que esse reconhecimento é uma definição contábil do IFRS sobre a correção monetária do ativo contratual que influencia, portanto, apenas a Receita Líquida IFRS. Por outro lado, a RAP é anualmente reajustada pela inflação a cada novo ciclo que se inicia em 1º dia de julho de cada ano e termina no 30º dia de junho do ano subsequente (vide página 9).

A queda anual de 13,3% na linha da RAP foi ocasionada pelo efeito do corte de 50% da RAP nas concessões TSN, Novatrans, GTESA e NTE (maiores detalhes sobre os efeitos e as datas de corte nas seções 3.2 e 3.3 – páginas 9 a 11), compensados em parte pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2018-2019 (4,26% em IGP-M e 2,86% em IPCA). Já a Parcela Variável (PV) apresentou uma melhora de R\$ 4,5 MM entre o 1T19 e o 1T18 devido a reversões de provisões em 2019 que superaram os eventos ocorridos no período e à ocorrência no 1T18 de diversos eventos de pequeno impacto.

Receita Operacional Líquida - Regulatório (Consolidado)

| | R\$ MM | 1T19 | 1T18 | Var.% |
|------------------------------------|--------|---------------|---------------|---------------|
| RAP Concessionárias | | 402,0 | 463,9 | -13,3% |
| PV | | 0,9 | (3,6) | n/a |
| Receita do Serviço | | 402,8 | 460,3 | -12,5% |
| Outras receitas operacionais | | 0,4 | 0,5 | -24,5% |
| Receita operacional bruta | | 403,2 | 460,8 | -12,5% |
| PIS e COFINS | | (20,0) | (22,0) | -8,8% |
| ISS | | (0,04) | (0,05) | -1,9% |
| Encargos Setoriais | | (20,5) | (20,2) | 1,6% |
| Total Deduções | | (40,6) | (42,2) | -3,8% |
| Receita operacional líquida | | 362,7 | 418,6 | -13,4% |

3.9. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 99,4 MM no 1T19, 7,6% maior quando comparado ao 1T18.

Custos, Despesas e D&A - Regulatório (Consolidado)

| | R\$ MM | 1T19 | 1T18 | Var.% |
|---------------------------|--------|---------------|---------------|--------------|
| Pessoal | | (32,7) | (29,6) | 10,7% |
| Material | | (0,1) | (0,3) | -83,1% |
| Serviço de terceiros | | (11,7) | (10,1) | 16,0% |
| Outros | | (7,2) | (5,2) | 39,1% |
| Total | | (51,8) | (45,2) | 14,5% |
| Depreciação e amortização | | (47,7) | (47,2) | 1,0% |
| Total | | (99,4) | (92,4) | 7,6% |

As diferenças entre os Resultados Regulatórios e IFRS, na linha de custos, despesas e Depreciação e Amortização, são observadas nas despesas com material e em depreciação e amortização. O Resultado IFRS contabiliza o investimento na construção de novos ativos, reforços e melhorias, como despesas com material, ao mesmo tempo em que capitaliza a receita de construção no ativo contratual. Já o Resultado Regulatório deprecia o investimento imobilizado. Além disso, a

partir da adoção do CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, em 2019, são também observadas diferenças na linhas de Outros custos e despesas operacionais, entre os Resultados Regulatório e IFRS.

Os custos e despesas PMSO totalizaram R\$ 51,8 MM no 1T19 (+14,5% versus 1T18). Esse aumento é ser explicado pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 10,7% na comparação entre o 1T19 e o 1T18 é explicado, principalmente, pelo reajuste salarial dos funcionários referente ao acordo coletivo e pelas horas extras relacionadas à conclusão da implementação do novo sistema SAP.
- **Material:** A redução de R\$ 0,2 MM na linha de Material se deve, principalmente, a menores gastos com manutenção nas concessões TSN e NTE.
- **Serviços de Terceiros:** O crescimento anual de 16,0% é devido às despesas relacionadas a licenciamento de softwares resultado da implementação do novo sistema SAP.
- **Outros:** O crescimento anual de R\$ 2,0 MM se deve a maiores despesas com as leis de incentivos fiscais – Esporte, Audiovisual e Cultura (+R\$ 0,8 MM) e com indenizações cíveis e trabalhistas (+R\$ 0,8 MM).

3.10. EBITDA / Margem EBITDA Regulatório

O EBITDA Regulatório do 1T19 totalizou R\$ 310,9 MM, 16,7% inferior ao registrado no 1T18, com uma margem EBITDA de 85,7%. Essa redução é explicada pelo corte de 50% da RAP de algumas concessões e pelo aumento dos custos entre os períodos comparados.

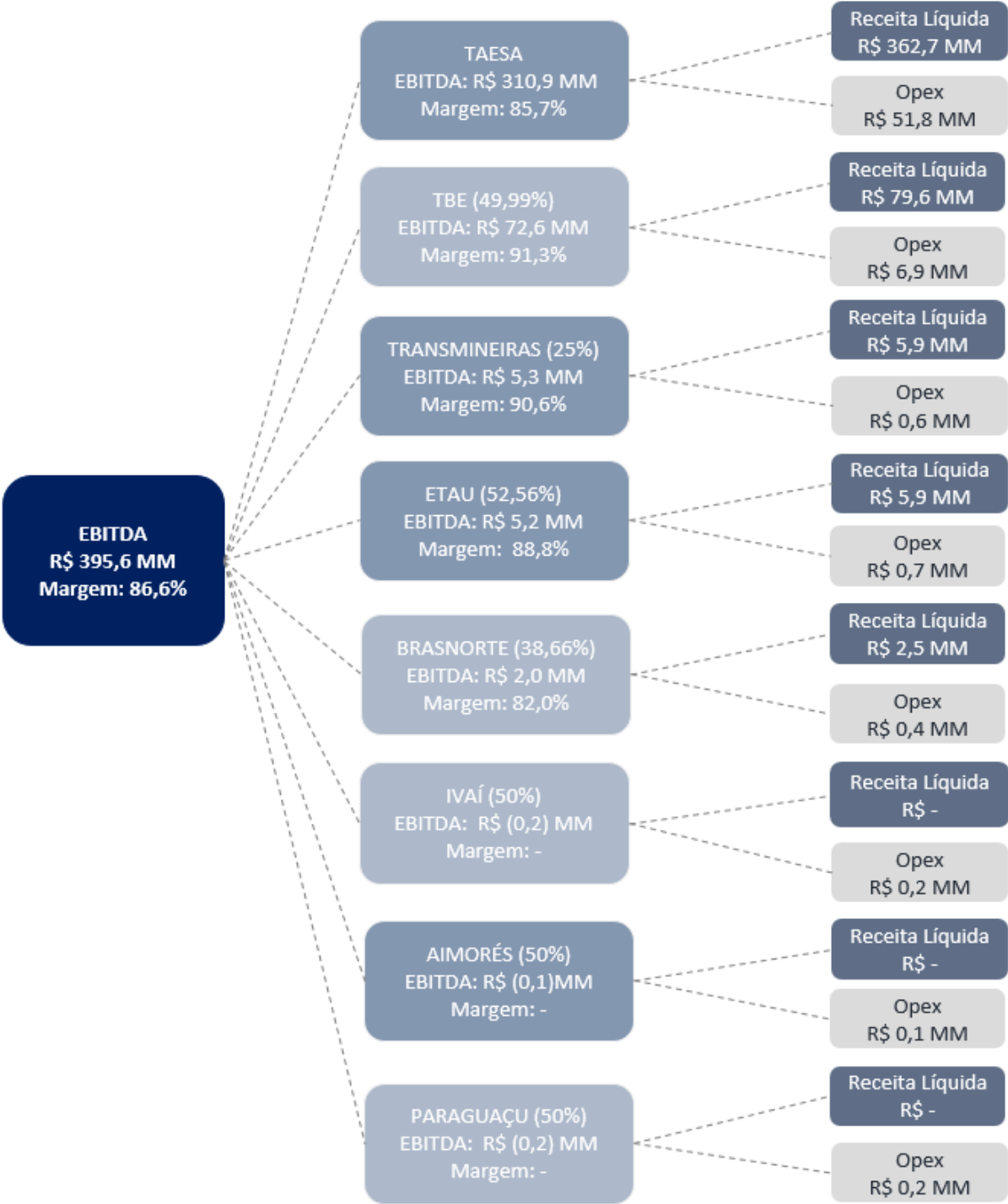
No setor de transmissão de energia, o **EBITDA Regulatório** é um importante indicador de desempenho operacional e financeiro, em virtude da sua aderência à geração de caixa operacional efetiva da Companhia.

EBITDA Regulatório (Consolidado)

| | R\$ MM | 1T19 | 1T18 | Var.% |
|----------------------|--------|--------------|--------------|----------------|
| Receita líquida | | 362,7 | 418,6 | -13,4% |
| Custos e despesas | | (51,8) | (45,2) | 14,5% |
| EBITDA | | 310,9 | 373,4 | -16,7% |
| Margem EBITDA | | 85,7% | 89,2% | -3,5 pp |

3.11. Composição do EBITDA Regulatório

O gráfico abaixo mostra como seria o EBITDA Regulatório do primeiro trimestre de 2019 considerando todas as concessões do grupo Taesa, proporcionalmente. É importante ressaltar que o resultado consolidado conforme as normas contábeis brasileiras não incluem as investidas em conjunto e coligadas (ETAU, Brasnorte, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí, Transmineiras e TBE).



3.12. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS

O Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS no 1T19 totalizou R\$ 28,4 MM, 56,8% menor que o registrado no 1T18.

A queda de 56,8% no resultado IFRS das investidas em conjunto e coligadas, na comparação entre o primeiro trimestre de 2019 e o mesmo período de 2018, ocorreu principalmente pelos menores índices macroeconômicos registrados entre os períodos comparados, principalmente no resultado da TBE e Transmineiras.

Equivalência Patrimonial IFRS

| R\$ MM | 1T19 | 1T18* | Var.% |
|---------------------------------------|-------------|-------------|---------------|
| ETAU | 1,3 | 1,9 | -31,7% |
| Brasnorte | 0,8 | 1,9 | -58,0% |
| TBE | 23,6 | 56,5 | -58,3% |
| Aimorés | (0,6) | 0,5 | - |
| Paraguaçu | 2,0 | 0,7 | 198,7% |
| Ivaí | 1,0 | 0,6 | 51,9% |
| Transmineiras | 0,3 | 3,7 | -92,1% |
| Total Equivalência Patrimonial | 28,4 | 65,9 | -56,8% |

* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 31 de março de 2018 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 31 de março de 2019.

3.13. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 1T19 totalizou R\$ 40,3 MM, 25,8% menor que o registrado no 1T18.

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 1T19 foi 25,8% menor na comparação anual em função do corte de 50% na RAP em algumas concessões da TBE: EATE e ETEP (maiores detalhes sobre os efeitos e as datas de corte nas páginas 9 a 11).

Equivalência Patrimonial - Regulatório

| R\$ MM | 1T19 | 1T18 | Var.% |
|---------------------------------------|-------------|-------------|---------------|
| ETAU | 2,8 | 2,6 | 10,5% |
| Brasnorte | 1,1 | 1,2 | -7,5% |
| TBE | 48,1 | 61,2 | -21,4% |
| Aimorés | (0,1) | (0,2) | -35,3% |
| Paraguaçu | (0,2) | (0,1) | 21,1% |
| Ivaí | (0,1) | (0,2) | -43,4% |
| Transmineiras | 2,2 | 3,4 | -35,3% |
| Resultado das Controladas | 53,9 | 68,0 | -20,6% |
| Amortização do ágio - TBE | (13,6) | (13,6) | 0,0% |
| Total Equivalência Patrimonial | 40,3 | 54,3 | -25,8% |

A diferença entre o Resultado de Equivalência Patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, Brasnorte, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí, Transmineiras e TBE é devido à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

3.14. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida IFRS totalizou R\$ 64,2 MM no 1T19, 23,5% menor em relação ao 1T18. Já a despesa financeira líquida regulatória totalizou R\$ 63,4 MM, 22,1% abaixo do registrado no 1T18.

Com a adoção do CPC 06 (IFRS16) - Operações de arrendamento mercantil, a partir de 1º de janeiro de 2019, as despesas com aluguéis deixaram de ser contabilizadas como outras despesas operacionais, passando a ser contabilizadas como despesas financeiras, na linha de “Arrendamento” e depreciação, conforme explicado no item 3.6. Portanto, a partir deste ano, o resultado financeiro IFRS apresentará diferença em relação ao resultado financeiro regulatório, somente na linha de “Arrendamento”.

Resultado Financeiro IFRS

| | R\$ MM | 1T19 | 1T18 | Var.% |
|--------------------------------------|--------|---------------|---------------|--------------|
| Receitas Financeiras | | 15,9 | 11,6 | 37,0% |
| Renda de aplicação financeira | | 15,9 | 11,6 | 37,0% |
| Despesas Financeiras | | (80,1) | (63,5) | 26,0% |
| Juros incorridos | | (46,0) | (40,2) | 14,4% |
| Variações monetárias | | (31,2) | (24,5) | 27,6% |
| Ajuste ao valor justo | | (0,0) | 1,7 | -100,0% |
| Outras despesas/receitas financeiras | | (2,1) | (0,5) | 287,7% |
| Arrendamento | | (0,8) | - | 0,0% |
| Total IFRS | | (64,2) | (51,9) | 23,5% |

O aumento de 37,0% nas Receitas Financeiras, entre os períodos comparados, se deve ao maior volume médio de caixa e à maior rentabilidade alcançada nas aplicações durante o primeiro trimestre de 2019 (taxa média de aplicação ficou acima de 105% do CDI), assim como de um maior CDI registrado neste trimestre (1,61% vs 1,54% no 1T18).

O aumento de 14,4% dos juros incorridos na comparação anual se deu, principalmente, em função da 5ª emissão de debêntures em julho de 2018 no montante de R\$ 548 MM e pela 1ª emissão de debêntures de Janaúba em fevereiro de 2019 no montante de R\$ 224 MM.

O aumento de 27,6% comparado ao 1T18 na linha de variações monetárias ocorreu basicamente devido à 5ª emissão de debêntures da Taesa em julho de 2018 e ao aumento do IPCA entre os períodos comparados (1,61% no 1T19 contra 0,99% no 1T18), indexador da 3ª, 4ª e 5ª emissões de debêntures.

Já o acréscimo de 287,7% na linha de outras despesas/receitas financeiras a linha foi impactada, principalmente, por despesas financeiras de debêntures de Janaúba e Taesa

A variação na linha de “Ajuste a valor justo” entre os períodos comparados ocorreu na ponta passiva por consequência da marcação à mercado da dívida 4131 no 1T18 a valor justo no 1T19.

As despesas de arrendamento (IFRS apenas) de R\$ 0,8 MM no 1T19 se referem às despesas de juros, que passam a ser reconhecidas no resultado sobre o passivo de arrendamento, que reflete os pagamentos de aluguel.

3.15. Impostos

A variação de 34,5% no Imposto de Renda e a Contribuição Social em IFRS reconhecido no resultado na comparação entre o 1T19 e o 1T18 acompanhou o movimento registrado no lucro antes dos impostos, cuja redução foi de 31,6%. O valor do incentivo fiscal da SUDAM/SUDENE apresentou uma variação negativa de 33,4%, também reflexo da do resultado societário.

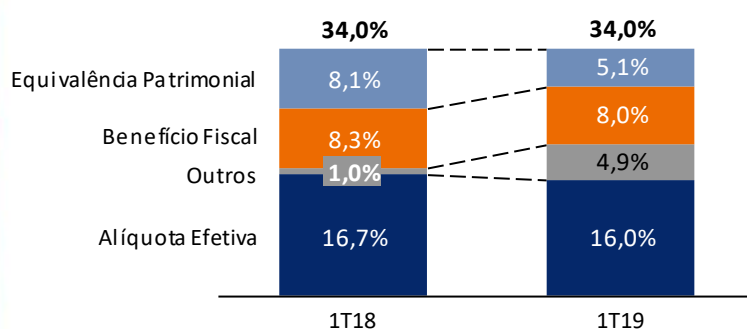
A linha de Outros é impactada pelo resultado das empresas com regime de lucro presumido. Portanto, ela é diretamente proporcional ao desempenho destas empresas. Neste trimestre especificamente, essa linha em IFRS foi impactada pela maior receita de Miracema entre os períodos comparados.

Vale destacar que a alíquota efetiva no 1º trimestre de cada ano é naturalmente maior do que os demais trimestres pois normalmente não se paga dividendos ou JCP nos primeiros 3 meses do ano, uma vez que a destinação do resultado do ano anterior ocorre somente após a aprovação em AGO.

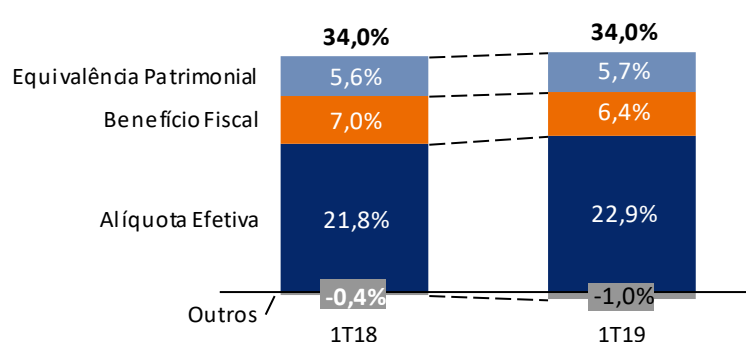
| | R\$ MM | IFRS | | Regulatório | | |
|--|---------------|---------------|----------------|---------------|---------------|---------------|
| Conciliação Imposto | 1T19 | 1T18* | Var% | 1T19 | 1T18 | Var% |
| Lucro antes dos impostos | 190,0 | 277,6 | -31,6% | 240,1 | 328,6 | -26,9% |
| IRPJ e CSLL alíquota de 34% | (64,6) | (94,4) | -31,6% | (81,6) | (111,7) | -26,9% |
| Equivalência Patrimonial | 9,7 | 22,4 | -56,8% | 13,7 | 18,5 | -25,8% |
| SUDAM/SUDENE | 15,3 | 23,0 | -33,4% | 15,3 | 23,0 | -33,4% |
| Outros | 9,3 | 2,7 | 248,8% | (2,4) | (1,2) | - |
| IRPJ e CSLL reconhecido resultado | (30,4) | (46,3) | -34,5% | (55,0) | (71,5) | -23,1% |
| Alíquota efetiva | 16,0% | 16,7% | -0,7 pp | 22,9% | 21,8% | 1,1 pp |

* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 31 de março de 2018 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 31 de março de 2019.

Alíquota Efetiva - IFRS



Alíquota Efetiva - Regulatório



A tabela abaixo mostra o regime fiscal de cada concessão, bem como indica aquelas que possuem benefício fiscal, a data de término do benefício e a alíquota de PIS e COFINS de cada concessão.

| Concessão | Regime Fiscal | Benefício Fiscal | % Área | Fim | PIS | COFINS |
|-------------|---------------|------------------|--------|------|-------|--------|
| TSN | "Real" | "Sudene" | 84% | 2023 | 0,65% | 3,00% |
| NVT | "Real" | "Sudam" | 73% | 2023 | 0,65% | 3,00% |
| GTESA | "Real" | "Sudene" | 100% | 2023 | 0,65% | 3,00% |
| PATESA | "Real" | "Sudene" | 100% | 2025 | 0,65% | 3,00% |
| Munirah | "Real" | "Sudene" | 84% | 2023 | 0,65% | 3,00% |
| ETEO | "Real" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| NTE | "Real" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| STE | "Real" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| ATE I | "Real" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| ATE II | "Real" | "Sudene" | 85% | 2026 | 1,65% | 7,60% |
| ATE III | "Real" | "Sudam" | 100% | 2027 | 1,65% | 7,60% |
| São Gotardo | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| Mariana | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| Miracema | "Presumido" | "Sudam" | 100% | 2029 | 0,65% | 3,00% |
| Janaúba | "Real" | "Sudene" | 100% | 2032 | 1,65% | 7,60% |
| Aimorés | "Real" | "Sudene" | 80% | 2032 | 1,65% | 7,60% |
| Paraguaçu | "Real" | "Sudene" | 100% | 2032 | 1,65% | 7,60% |
| ETAU | "Real" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| BRASNORTE | "Real" | "Sudam" | 100% | 2027 | 1,65% | 7,60% |
| EATE | "Real" | "Sudam" | 100% | 2023 | 0,65% | 3,00% |
| ENTE | "Real" | "Sudam" | 100% | 2026 | 0,65% | 3,00% |
| ECTE | "Real" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| ETEP | "Real" | "Sudam" | 100% | 2025 | 0,65% | 3,00% |
| ERTE | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| LUMITRANS | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| EBTE | "Real" | "Sudam" | 100% | 2020 | 1,65% | 7,60% |
| ESDE | "Presumido" | - | - | - | 1,65% | 7,60% |
| STC | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| ETSE | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| ESTE | "Real" | - | - | - | 1,65% | 7,60% |
| ERB1 | "Real" | - | - | - | 1,65% | 7,60% |
| TRANSUDESTE | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| TRANSLESTE | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| TRANSIRAPÉ | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| EDTE | "Real" | - | - | - | 1,65% | 7,60% |

O benefício fiscal SUDAM/SUDENE tem como base de cálculo o resultado IFRS de cada concessão. Esses benefícios são incentivos fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada e reduzem em 75% o Imposto de Renda devido na exploração das concessões de transmissão.

Regra de incidência de IRPJ e CSLL por regime fiscal

Lucro Real: A empresa deve antecipar os tributos mensalmente, com base no faturamento mensal, sobre o qual aplicam-se percentuais predeterminados, de acordo com o enquadramento das atividades, para obter uma margem de lucro estimada sobre a qual recai o IRPJ e a CSLL. No final do ano, a pessoa jurídica levanta o balanço anual e apura o lucro real do exercício, calculando em definitivo o IRPJ e a CSLL e descontando as antecipações realizadas mensalmente. Eventualmente, as antecipações podem ser superiores aos tributos devidos, ocasionando um crédito em favor do contribuinte.

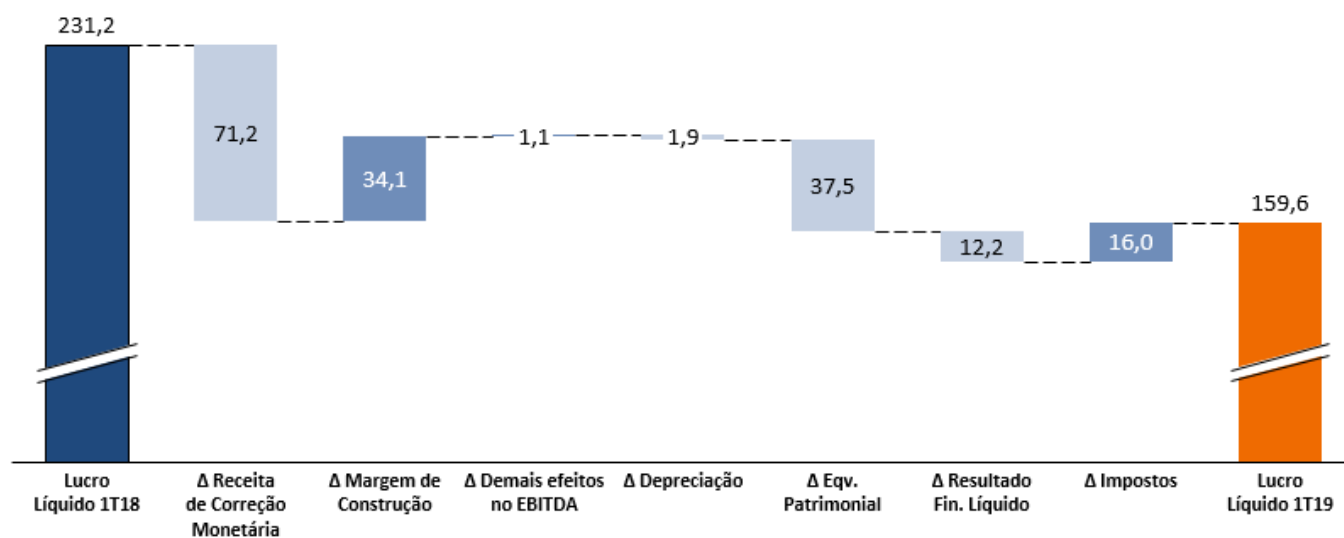
Lucro Presumido: O IRPJ e a CSLL pelo Lucro Presumido são apurados trimestralmente. A alíquota de cada tributo (IRPJ e CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável, dependendo da atividade. No caso da Taesa, as alíquotas de presunção de IRPJ e CSLL são 8% e 12%, respectivamente.

Com o surgimento da Lei 12.973/2014, a Companhia passou os anos de 2015 a novembro de 2017 contabilizando com a alíquota de presunção de 32%. Porém, baseada em jurisprudências recentes, a Companhia efetuou a reversão da provisão do IRPJ e CSLL na ETAU* e em São Gotardo no 4T17, e passou a contabilizar utilizando as alíquotas anteriores (8% e 12%). O mesmo ocorreu para concessões do grupo TBE que adotam o Lucro Presumido.

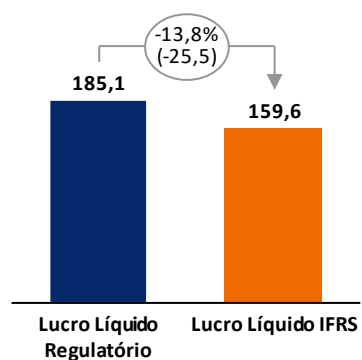
* Em 2015 a ETAU utilizava o regime de Lucro Presumido. Porém, a partir de janeiro de 2016, optou pelo regime de Lucro Real, visando redução da carga tributária do IRPJ e CSLL, em razão da entrada em vigor da Lei nº 12.973/14.

3.16. Lucro Líquido

Lucro Líquido IFRS totalizou R\$ 159,6 MM no 1T19, 31,0% menor na comparação com o 1T18.



1T19 x 1T18: Regulatório vs IFRS



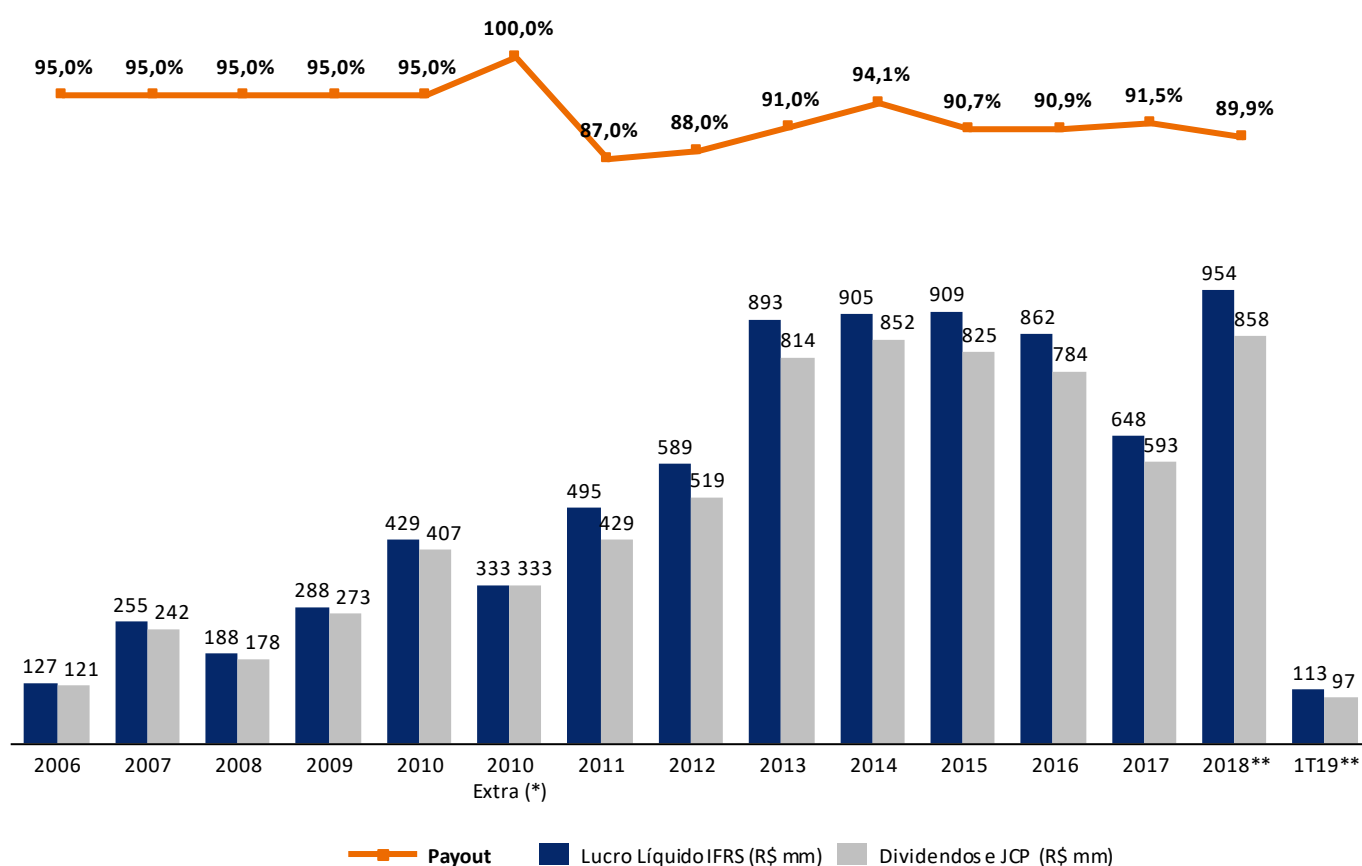
A partir da adoção do CPC 47 de 2018 em diante, a Companhia passou a antecipar um resultado estritamente contábil (sem efeito caixa) referente à eficiência da construção (vide seção 3.4 para maiores detalhes). Entretanto, para fins de distribuição de dividendos e com o intuito de manter o fluxo de dividendos que a Taesa vem historicamente pagando sem afetar a sua posição de caixa e sua alavancagem, a Companhia apresentará trimestralmente um lucro líquido ajustado excluindo os efeitos das margens de construção. Isto é, o lucro líquido ajustado se aproxima do método contábil utilizado anteriormente (ativo financeiro a custo amortizado). Consequentemente, a Companhia registrará uma reserva especial de lucro referente a estes ajustes, que poderá ser futuramente distribuída em forma de dividendos.

| | R\$ mil | DRE (CPC 47) | Ajustes | LL Ajustado DRE |
|--|---------|------------------|-----------------|------------------|
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | | | | |
| Operação e manutenção | | 145.918 | - | 145.918 |
| Remuneração do ativo contratual de concessão | | 124.740 | 7.174 | 131.914 |
| Correção monetária do ativo contratual de concessão | | (2.380) | - | (2.380) |
| Construção e indenização | | 111.768 | (45.433) | 66.335 |
| Outras receitas operacionais | | 2.637 | | 2.637 |
| Parcela variável | | 869 | | 869 |
| TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA | | 383.551 | (38.259) | 345.292 |
| PIS e COFINS | | (20.773) | 1.538 | (19.235) |
| ISS | | (45) | | (45) |
| ICMS | | - | | - |
| Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA | | (20.484) | | (20.484) |
| Outras deduções | | - | | - |
| Deduções da receita operacional bruta | | (41.302) | 1.538 | (39.764) |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | | 342.249 | (36.721) | 305.528 |
| CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS | | | | |
| Pessoal | | (32.741) | | (32.741) |
| Material | | (63.470) | - | (63.470) |
| Serviços de terceiros | | (11.731) | | (11.731) |
| Depreciação e amortização | | (3.386) | | (3.386) |
| Outras despesas operacionais | | (5.223) | | (5.223) |
| Custos e despesas | | (116.551) | - | (116.551) |
| RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | | 225.698 | (36.721) | 188.977 |
| Resultado de equivalência patrimonial | | 28.435 | (11.457) | 16.979 |
| Renda de aplicação financeira | | 15.892 | | 15.892 |
| Despesas financeiras | | (80.070) | | (80.070) |
| Resultado financeiro | | (64.179) | - | (64.179) |
| RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO | | 189.955 | (48.178) | 141.777 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | | (30.374) | 1.878 | (28.495) |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | | 159.582 | (46.300) | 113.282 |
| Reserva legal 5% | | (7.979) | 2.315 | (5.664) |
| Reserva de incentivo fiscal | | (10.870) | | (10.870) |
| Reserva especial - adoção inicial CPC 47 | | (43.985) | | - |
| Lucro distribuível | | 96.748 | | 96.748 |
| Payout | | 60,6% | | 85,4% |

3.17. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Foi aprovada em Assembleia de Acionistas ocorrida no dia 29 de abril de 2019 dividendos adicionais referentes ao resultado de 2018 no valor de R\$ 57,2 MM (R\$ 0,16595098857 / Unit). O pagamento ocorreu na data de hoje, 14 de maio de 2019, a partir da data-base de 3 de maio de 2019. A Taesa já havia distribuído, referente ao resultado do exercício social de 2018, R\$ 800,9 MM a título de dividendos intercalares e juros sobre capital próprio. Com isso, a Companhia remunerou seus acionistas no montante total de R\$ 858,1 MM (R\$ 2,49071781482 / Unit) referente ao resultado de 2018, representando um *payout* de 89,9% do lucro líquido ajustado do período.

Adicionalmente, o Conselho de Administração da Companhia aprovou hoje a distribuição de (i) R\$ 18,9 MM (R\$ 0,05478246327 / Unit) a título de dividendos intercalares, e (ii) R\$ 77,9 MM (R\$ 0,22605402702 / Unit) a título de juros sobre capital próprio (JCP), ambos com base nas demonstrações financeiras intermediárias levantadas em 31 de março de 2019. O pagamento ocorrerá no dia 28 de maio de 2019, a partir da data-base de 17 de maio de 2019.



*Reserva do IFRS

** Lucro Líquido Ajustado

3.18. Endividamento

No 1T19, a Dívida Bruta da Companhia totalizou R\$ 3.569,6 MM, um aumento de 9,2% em relação ao registrado no 4T18. O caixa da Companhia ficou em R\$ 1.200,8 MM, resultando em uma dívida líquida de R\$ 2.368,8 MM, menor em 3,2% em relação ao registrado no 4T18.

R\$ MM

| Dívida Líquida | 1T19 | % Dív Bruta | 4T18 | % Dív Bruta | Var. % |
|---------------------------------|------------------|--------------|----------------|--------------|--------------|
| Curto Prazo | 488,6 | 13,7% | 428,3 | 13,1% | 14,1% |
| TJLP | - | 0,0% | - | 0,0% | - |
| Taxa Fixa | 9,0 | 0,3% | 9,0 | 0,3% | 0,0% |
| CDI | 30,0 | 0,8% | 6,2 | 0,2% | 381,2% |
| IPCA | 449,6 | 12,6% | 413,1 | 12,6% | 8,8% |
| Longo Prazo | 3.081,1 | 86,3% | 2.841,9 | 86,9% | 8,4% |
| Taxa Fixa | 26,5 | 0,7% | 28,8 | 0,9% | -7,8% |
| CDI | 638,5 | 17,9% | 636,5 | 19,5% | 0,3% |
| IPCA | 2.416,1 | 67,7% | 2.176,6 | 66,6% | 11,0% |
| Endividamento Total | 3.569,6 | | 3.270,1 | | 9,2% |
| (-) Caixa e Aplicações * | (1.200,8) | | (823,8) | | 45,8% |
| (=) Dívida Líquida | 2.368,8 | | 2.446,3 | | -3,2% |

* O valor do caixa é a soma das linhas Caixa e Equivalente de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários.

No primeiro trimestre de 2019 a dívida bruta totalizou R\$ 3.569,6 MM e o caixa R\$ 1.200,8 MM, resultando em uma dívida líquida de R\$ 2.368,8 MM. A redução de 3,2% na dívida líquida neste período foi influenciada pelo maior acumulo de caixa operacional. O aumento da dívida bruta em IPCA é explicada pelo IPCA do trimestre e pelo aumento da dívida bruta em IPCA com a 1ª emissão de debêntures de Janaúba, citada acima. A variação da dívida bruta em CDI entre os períodos comparados é decorrente da emissão das Notas Promissórias de Miracema em fevereiro de 2019, no valor de R\$ 30,0 MM.

Consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, o total da dívida bruta seria de R\$ 4.173 MM e o caixa de R\$ 1.455 MM, considerando os seguintes valores: (i) dívidas da TBE no montante de R\$ 538,3 MM e caixa/aplicações de R\$ 228,6 MM; (ii) dívidas da ETAU no valor de R\$ 16,3 MM e caixa/aplicações de R\$ 7,9 MM; (iii) caixa/aplicações da Brasnorte no valor de R\$ 5,7 MM; e (iv) dívida das Transmineiras no montante de R\$ 48,6 MM e caixa/aplicações de R\$ 12,0 MM.

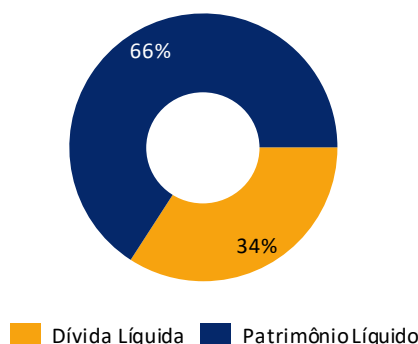
Considerando a dívida líquida proporcional das empresas controladas em conjunto e coligadas, a relação dívida líquida sobre EBITDA ficou em 1,7x no 1T19, em linha com o registrado no 4T18. Desconsiderando o resultado das empresas controladas, esse indicador seria de 1,9x no 1T19, também em linha com o 4T18.

A dívida da Taesa, das investidas em conjunto e coligadas, está detalhada na tabela abaixo, proporcionalmente.

Dívida por Empresa (R\$ MM)

| Empresa | Dívida Bruta R\$ MM | Caixa e Equiv. R\$ MM | Dívida Líquida R\$ MM |
|----------------------------|------------------------|--------------------------|--------------------------|
| TAESA | 3.569,6 | 1.200,8 | 2.368,8 |
| Brasnorte (38,7%) | 0 | 5,7 | -5,7 |
| ETAU (52,6%) | 16,3 | 7,9 | 8,4 |
| TBE (49,99%) | 538,3 | 228,6 | 309,7 |
| Transmineiras (30%) | 48,6 | 12,0 | 36,6 |
| TOTAL | 4.173 | 1.455 | 2.718 |

Estrutura de Capital Taesa (Book Value)



A dívida da Taesa, das investidas em conjunto e coligadas, está detalhada na tabela abaixo, proporcionalmente.

| Empresa | Credor | Índice | Principal (R\$ / mil) | Juros (R\$ / mil) | Custo | Rating da Emissão | Data Final | Amortização | Cupons por Ano |
|-------------|--------------------|---------|-----------------------|-------------------|---------------------------|-------------------|------------|-------------|----------------|
| Taesa | 3ª Debêntures | IPCA | 770.756 | 16.556 | IPCA + 4,85% | Br.AAA | Out/2020 | Anual | 1 |
| | | IPCA | 1.023.602 | 23.101 | IPCA + 5,10% | Br.AAA | Out/2024 | Anual | 1 |
| | 4ª Debêntures | CDI | 284.667 | 819 | 105% do CDI | AAA.br | Set/2020 | Bullet | 1 |
| | 4ª Debêntures | IPCA | 267.280 | 6.227 | IPCA + 4.41% | AAA.br | Set/2024 | Anual | 1 |
| | 5ª Debêntures | IPCA | 523.578 | 22.119 | IPCA + 5.9526% | - | Jul/2025 | Anual | 1 |
| | SWAP - CITIBANK* | CDI | 352.935 | 0 | 106.0% CDI | - | Set/2019 | Bullet | 1 |
| | FINAME | pré-fix | 303 | 1 | 5,50% | - | Jul/2022 | Mensal | 12 |
| | FINAME | pré-fix | 9.519 | 9 | 2,50% | - | Dez/2022 | Mensal | 12 |
| | FINAME | pré-fix | 291 | 1 | 6,00% | - | Ago/2024 | Mensal | 12 |
| SGT | FINAME | pré-fix | 16.181 | 19 | 3,00% | - | Jun/2023 | Mensal | 12 |
| | | pré-fix | 9.174 | 9 | 2,50% | - | Dez/2022 | Mensal | 12 |
| Miracema | Nota Promissória | CDI | 29.822 | 249 | 105% CDI | - | Ago/2019 | Bullet | 1 |
| Janaúba | 1ª Debêntures | IPCA | 211.389 | 1.026 | IPCA + 4,5% a.a. | - | Jul/2019 | Mensal | 12 |
| ETAU | 1ª Debêntures | CDI | 5.252 | 113 | 108% CDI | - | Dez/2019 | Bullet | 1 |
| | BNDES | Selic | 2.336 | 10 | SELIC + 3.76% | - | Ago/2021 | Monthly | 12 |
| | BNDES | TJLP | 2.147 | 3 | TJLP + 5.20% | - | Ago/2021 | Mensal | 12 |
| | FINAME | pré-fix | 864 | 3 | 9,50% | - | Jan/2021 | Mensal | 12 |
| | FINAME | pré-fix | 73 | 0 | 9,50% | - | Jan/2021 | Mensal | 12 |
| | BNDES - GIRO | TJLP | 5.402 | 63 | TLP + 2,78% + 1,5% + 1,5% | - | Out/2023 | Monthly | 12 |
| EATE | 4ª Debêntures | CDI | 28.042 | 259 | 109,75% CDI | - | Ago/2020 | Trimestral | 4 |
| | 5ª Debêntures - 1ª | CDI | 62.948 | 301 | 113% CDI | - | Set/2019 | Mensal | 12 |
| | 5ª Debêntures - 2ª | CDI | 26.978 | 129 | 116% CDI | - | Set/2021 | Mensal | 12 |
| | 6ª Debêntures | CDI | 26.590 | 21 | 107,75% CDI | - | Set/2022 | Mensal | 12 |
| | 7ª Debêntures | CDI | 39.190 | 33 | 113.53 % CDI | - | Jun/2023 | Mensal | 12 |
| EBTE | 1ª Debêntures | pré-fix | 69.268 | 58 | 4,50% | - | Nov/2019 | Mensal | 12 |
| EDTE | 2ª Debêntures | IPCA | 58.102 | 3.877 | IPCA + 5,29% | - | Dez/2028 | Semestral | 2 |
| ECTE | 3ª Debêntures | CDI | 5.529 | 63 | CDI + 2,15% | - | Mai/2020 | Trimestral | 4 |
| | 4ª Debêntures | CDI | 14.254 | 11 | 107,75% CDI | - | Set/ 2022 | Monthly | 12 |
| ENTE | 2ª Debêntures | CDI | 43.744 | 404 | 109,75% CDI | - | Ago/2020 | Trimestral | 4 |
| | 3ª Debêntures - 1ª | CDI | 13.978 | 67 | 113% CDI | - | Set/2019 | Trimestral | 4 |
| | 3ª Debêntures - 2ª | CDI | 5.991 | 29 | 116% CDI | - | Set/2021 | Trimestral | 4 |
| ETEP | 2ª Debêntures | CDI | 12.167 | 112 | 109,75% CDI | - | Ago/2020 | Trimestral | 4 |
| | 3ª Debêntures | CDI | 22.368 | 19 | 113,22% CDI | - | Jun/2023 | Mensal | 12 |
| ETSE | BNDES | TJLP | 5.979 | 21 | TJLP + 2,02% | - | Nov/2028 | Mensal | 12 |
| | BNDES | pré-fix | 3.954 | 6 | 3,50% | - | Nov/2023 | Mensal | 12 |
| TRANSLESTE | BDMG | pré-fix | 4.369 | 23 | 10,00% | - | Mar/2025 | Mensal | 12 |
| | BNB | pré-fix | 1.346 | 7 | 9,50% | - | Mar/2025 | Mensal | 12 |
| | 1ª Debêntures | CDI | 5.853 | 54 | 109,75% CDI | - | Ago/2020 | Trimestral | 4 |
| | 2ª Debêntures | CDI | 8.946 | 7 | 107,75% CDI | - | Set/2022 | Mensal | 12 |
| TRANSIRAPÉ | BDMG | pré-fix | 52 | 0 | 4,50% | - | Jul/2020 | Mensal | 12 |
| | BDMG | pré-fix | 3.397 | 5 | 3,50% | - | Jan/2024 | Mensal | 12 |
| | BDMG | pré-fix | 916 | 28 | 4,5% + TJLP | - | Abr/2021 | Mensal | 12 |
| | BDMG | pré-fix | 1.325 | 46 | 3,5% + TJLP | - | Out/2029 | Mensal | 12 |
| | 2ª Debentures | CDI | 8.798 | 7 | 107,75% CDI | - | Set/2022 | Mensal | 12 |
| | BNDES | pré-fix | 1.013 | 31 | 6,0% + TJLP | - | Abr/2026 | Mensal | 12 |
| TRANSUDESTE | 2ª Debêntures | CDI | 12.355 | 10 | 107,75% CDI | - | Set/2022 | Mensal | 12 |
| Total | | | 4.003.023 | 75.953 | | | | | |

* A dívida foi captada em USD, indexada a Libor, mas como possui um swap para CDI, foi considerado o valor final da dívida com o saldo do swap.

3.19. Investimentos

No 1T19, a Companhia, suas controladas, investidas em conjunto e coligadas, investiram o total de R\$ 82,1 MM contra R\$ 19,5 MM investidos em 1T18 referentes aos empreendimentos em construção. O aumento de R\$ 62,5 MM entre os períodos comparados se deve aos maiores investimentos em todos os projetos, com destaque para Miracema que apresentou um aumento de R\$ 37,9 MM entre o 1T19 e o 1T18.

Projetos em construção

| R\$ Mil | Custo de Construção (Capex) | | | | | | TOTAL |
|--------------|-----------------------------|--------------|---------------|---------------|----------------|---------------|----------------|
| | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 1T19 | |
| Mariana | 2.619 | 4.751 | 21.181 | 36.265 | 22.797 | 7.894 | 95.507 |
| Miracema | | | 1.197 | 35.191 | 115.009 | 45.402 | 196.799 |
| Janaúba | | | | 3.825 | 30.741 | 2.368 | 36.934 |
| Aimorés | | | | 3.923 | 3.638 | 6.229 | 13.790 |
| Paraguaçu | | | | 5.750 | 4.611 | 9.032 | 19.392 |
| Ivaí | | | | 8.662 | 12.740 | 3.772 | 25.174 |
| ESTE | | | | 868 | 4.546 | 740 | 6.153 |
| EDTE | | | | | 14.635 | 6.623 | 21.258 |
| Total | 2.619 | 4.751 | 22.378 | 94.484 | 208.716 | 82.059 | 415.007 |

Obs: Os valores apresentados na tabela acima consideram os custos de construção em cada um dos projetos pelo regime de competência, em linha com o Resultado em IFRS divulgado pela Companhia.

3.20. Projetos em Construção

A Companhia possui atualmente 9 empreendimentos em construção com um investimento total de R\$ 5.595 MM e uma RAP de R\$ 964 MM (ciclo 2018-2019). Considerando apenas a participação da Taesa nessas concessões, o montante a ser investido é de R\$ 3.774 MM com uma RAP proporcional de R\$ 643 MM. São eles:

| Leilões | Empreendimento | Extensão/ Localização | Parceria | RAP (ciclo 2018-19) R\$ MM | Capex ANEEL R\$ MM | Assinatura do Contrato | Prazo de Conclusão Aneel |
|---|----------------------------|--|--|----------------------------------|-----------------------|---------------------------|-----------------------------|
| Leilão 013/2013 (Dez/13) | Mariana (Lote A) | 82 km / Minas Gerais | 100% Taesa | 15 | 107 | mai/14 | Dez/19* |
| Leilão 013/2015 (Abr/16) | Miracema (Lote P) | 90 km / Tocantins | 100% Taesa | 62 | 276 | jun/16 | dez/19 |
| | EDTE (Lote M) | 168 km / Bahia | 25% Taesa 25% Apollo 12 50% ENTE | 66 | 368 | dez/16 | dez/19 |
| Leilão 013/2015 2ª Parte (Out/16) | ESTE (Lote 22) | 236 km / Minas Gerais e Espírito Santo | 50% Taesa 50% Alupar (100% EATE-TBE) | 107 | 486 | fev/17 | fev/22 |
| | Janaúba (Lote 17) | 542 km / Bahia e Minas Gerais | 100% Taesa | 185 | 960 | fev/17 | fev/22 |
| | Aimorés (Lote 4) | 208 km / Minas Gerais | 50% Taesa 50% CTEEP | 76 | 341 | fev/17 | fev/22 |
| | Paraguaçu (Lote 3) | 338 km / Bahia e Minas Gerais | 50% Taesa 50% CTEEP | 113 | 510 | fev/17 | fev/22 |
| Leilão 005/2016 (Abr/16) | Ivaí (Ex-ERB1) (Lote 1) | 600 km / Paraná | 50% Taesa 50% CTEEP | 281 | 1.937 | ago/17 | ago/22 |
| Leilão 004/2018 Dez/18 | Sant'Ana (Lote 12) | 591 km / Rio Grande de Sul | 100% Taesa | 59 | 610 | mar/19 | mar/23 |
| TOTAL | | 2855 km | | R\$ 964 MM | R\$ 5.595 MM | | |

*Prazo previsto pela Companhia

Status dos Projetos

Mariana

- Licença Prévia (LP) emitida em março de 2017.
- Obras das subestações já iniciadas.
- Pedido de extensão do prazo de conclusão em análise pela ANEEL (cronograma e reequilíbrio econômico).
- Licenças de Instalação e Operação (LI e LO) emitidas em dezembro de 2018.

Miracema

- O projeto encontra-se em andamento, visto que todas as licenças ambientais foram adquiridas: LI's e LP's das LT 500kV, LT 230Kv, SE Palmas, SE Lajeado e SE Miracema.
- As obras de todos os empreendimentos (LTs de 500 kV e 230 Kv e SEs Lajeado, Palmas e Miracema) estão em andamento, dentro do cronograma ANEEL.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDAM em setembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.

EDTE

- Licença Prévia (LP) emitida em junho de 2018.
- 2º Emissão de Debêntures da EDTE em dezembro de 2018.
- Licença de Instalação (LI) emitida em janeiro de 2019.

ESTE

- Projeto básico protocolado na ANEEL e já aprovado no ONS.
- Licenciamento ambiental em andamento.
- Licença Prévia (LP) emitida em janeiro de 2019.

Janaúba

- Projeto básico encontra-se aprovado pela ANEEL/ ONS para subestações e em revisão para atendimento de comentários sobre linhas de transmissão.
- Finalizadas as atividades de implantação de traçado / topografia.
- Licença Prévia (LP) emitida em setembro de 2018.
- Licenciamento ambiental em andamento.
- Contrato de financiamento assinado junto ao BNB em setembro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em setembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Relatórios para obtenção da LI finalizados e protocolados no IBAMA, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Fundação Cultural Palmares (FCP);
- Emitido (fev/2019) pelo IBAMA o parecer com comentários para atendimento pela transmissora, visando à obtenção da LI;
- Emitidos por IPHAN (com exceção de 2 torres) e FCP os respectivos não óbices para emissão de LI pelo IBAMA;
- Protocolado no IBAMA (mar/2019) relatório de respostas ao parecer com comentários, visando à obtenção da LI.
- 1º emissão de debêntures de Janaúba em janeiro de 2019

Aimorés

- Projeto básico protocolado na ANEEL.
- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Licença de Instalação (LI) emitida em abril de 2019.

Paraguaçu

- Projeto básico protocolado na ANEEL.
- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Licença de Instalação (LI) emitida em maio de 2019.

Ivaí

- Projeto básico em desenvolvimento e licenciamento ambiental em andamento.
- Protocolado EIA/RIMA junto ao IAP.
- Licença Prévia (LP) para as instalações de 230kv emitida em setembro de 2018.
- Licenciamento ambiental em andamento para áreas LTs.
- Alteração da denominação social de Elétricas Reunidas do Brasil S.A. (ERB1) para Interligação Elétrica Ivaí S.A.
- Licença de Instalação (LI) emitida para Subestação Sarandi de 525/230 kV em abril de 2019 e SE Paranaíba Norte - 230/138 kV (6 x 50 MVA mais fase reserva) em maio de 2019.

Sant'Ana

- Constituição da empresa Sant'Ana Transmissora de Energia S.A. em janeiro de 2019.
- Assinatura do contrato de concessão em 25 de março de 2019.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1. Receita IFRS por concessão

A Receita de **Remuneração do Ativo Contratual** é o resultado da multiplicação do saldo do Ativo pela Taxa Mercado. A **Correção Monetária do Ativo Contratual** é o reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários. A **Receita de O&M** é um valor anualmente ajustado pela inflação (IGP-M ou IPCA), da mesma forma que a RAP. A **Parcela Variável (PV)** é a penalidade decorrente da indisponibilidade das linhas (ver detalhe na página 8). Todas as contas de receita acima mencionadas são referentes ao período operacional das concessões.

No DRE, a **Remuneração do Ativo Contratual**, a **Correção Monetária do Ativo Contratual**, a **Receita de Construção** e a **Receita de O&M** são contabilizadas na Receita, como mostrado na tabela abaixo.

| Receita IFRS | | | | | |
|--------------|---------------------------------|--------------------------------|--------------|--------------|------------|
| R\$ MM | | | | | 1T19 |
| Concessão | Remuneração Ativo Contratual | Correção Monetária Ativo C. | Construção | O&M | PV |
| NVT | 38,4 | (1,4) | 0,9 | 29,0 | 0,1 |
| TSN | 13,6 | (0,8) | 6,5 | 54,4 | (0,1) |
| MUN | 1,9 | (0,1) | 0,0 | 3,6 | (0,1) |
| GTE | 0,6 | (0,0) | 0,0 | 0,5 | 0,0 |
| PAT | 1,9 | (0,2) | 0,0 | 1,2 | - |
| ETE | 8,7 | (0,6) | 0,5 | 11,0 | (0,0) |
| NTE | 10,7 | (0,5) | (0,0) | 9,0 | 1,1 |
| STE | 6,3 | (0,4) | (0,1) | 3,7 | (0,4) |
| ATE | 13,8 | (1,0) | (0,0) | 6,9 | 0,3 |
| ATE II | 18,6 | (1,5) | 0,2 | 15,5 | 0,2 |
| ATE III | 9,3 | 3,4 | 0,4 | 10,7 | (0,2) |
| SÃO GOTARDO | 0,8 | 0,6 | - | 0,2 | (0,0) |
| MARIANA | - | - | 13,6 | - | - |
| MIRACEMA | - | - | 83,7 | - | - |
| JANAÚBA | - | - | 6,1 | - | - |
| ETA | 1,1 | 0,1 | 0,0 | 1,7 | (0,0) |
| BRA | 0,4 | 0,9 | - | 0,2 | - |
| AIMORÉS | - | - | 8,5 | - | - |
| PARAGUAÇÚ | - | - | 16,4 | - | - |
| Ivaí | - | - | 10,3 | - | - |
| EATE | 9,2 | (1,0) | - | 3,3 | (0,1) |
| EBTE | 2,8 | 2,2 | 0,1 | 1,4 | - |
| ECTE | 1,1 | (0,1) | - | 0,4 | - |
| EDTE | - | - | 10,0 | - | - |
| ENTE | 8,1 | (1,0) | - | 2,5 | (0,005) |
| ERTE | 0,8 | (0,1) | - | 0,4 | - |
| ESDE | 1,3 | (11,2) | - | 0,3 | - |
| ESTE | - | - | 1,8 | - | - |
| ETEP | 2,8 | (0,3) | - | 1,6 | - |
| ETSE | 0,5 | 0,2 | - | 0,1 | - |
| LUMITRANS | 0,9 | (0,1) | - | 0,3 | 0,003 |
| STC | 1,0 | 0,7 | - | 0,7 | - |
| TRANSIRAPE | 0,9 | (0,1) | - | 0,2 | - |
| TRANSLESTE | 1,1 | (0,1) | - | 0,2 | - |
| TRANSUDESTE | 0,8 | (0,1) | - | 0,2 | - |
| Total | 157,3 | (12,4) | 158,8 | 159,5 | 0,8 |

4.2. Movimentação do Ativo Contratual



| R\$ MM | | | | | | | | |
|-------------------------|------------|-----------------------|------------------------------|-----------------------------|------------|------------|--------------|-----------------------|
| Concessão | Taxa Anual | Ativo Contratual 4T18 | Remuneração Ativo Contratual | Correção Monetária Ativo C. | Construção | O&M | RAP | Ativo Contratual 1T19 |
| NVT | 17,1% | 1.015 | 38 | (1) | 1 | 29 | (103) | 978 |
| TSN | 10,2% | 585 | 14 | (1) | 6 | 54 | (70) | 589 |
| MUN | 12,4% | 68 | 2 | (0,1) | 0,03 | 4 | (10) | 64 |
| GTE | 11,0% | 24 | 1 | (0,04) | 0,01 | 2 | (3) | 24 |
| PAT | 7,8% | 107 | 2 | (0,2) | 0,003 | 1 | (7) | 103 |
| ETE | 10,4% | 352 | 9 | (1) | 1 | 11 | (23) | 349 |
| NTE | 14,7% | 319 | 11 | (0,5) | (0,03) | 9 | (31) | 307 |
| STE | 10,4% | 261 | 6 | (0,4) | (0,1) | 4 | (21) | 250 |
| ATE | 9,6% | 611 | 14 | (1) | (0,05) | 7 | (39) | 592 |
| ATE II | 8,4% | 942 | 19 | (1) | 0,2 | 16 | (60) | 915 |
| ATE III ¹ | 6,7% | 573 | 9 | 3 | 0,4 | 11 | (33) | 564 |
| SÃO GOTARDO | 5,0% | 66 | 1 | 1 | - | 0,2 | (1) | 66 |
| MARIANA ¹² | 4,6% | 154 | - | - | 14 | - | - | 168 |
| MIRACEMA ¹² | 10,3% | 287 | - | - | 84 | - | - | 371 |
| JANAÚBA ¹² | 8,3% | 91 | - | - | 6 | - | - | 97 |
| ETAU | 3,5% | 88 | 1 | 0,1 | 0 | 2 | (4) | 87 |
| BRASNORTE | 7,1% | 279 | 0,4 | 1 | - | 0,2 | (3) | 277 |
| AIMORÉS ¹² | 8,3% | 32 | - | - | 8 | - | - | 40 |
| PARAGUAÇÚ ¹² | 8,8% | 41 | - | - | 16 | - | - | 57 |
| IVAI ¹² | 9,3% | 69 | - | - | 10 | - | - | 80 |
| SANT'ANNA ¹² | - | - | - | - | - | - | - | - |
| EATE | 6,6% | 861 | 9 | (1) | - | 3 | (28) | 845 |
| EBTE | 4,4% | 409 | 3 | 2 | 0 | 1 | (7) | 409 |
| ECTE | 6,1% | 73 | 1 | (0,1) | - | 0 | (2) | 72 |
| EDTE ¹² | 10,3% | 0 | - | - | 10 | - | - | 10 |
| ENTE | 5,9% | 569 | 8 | (1) | - | 3 | (29) | 549 |
| ERTE | 5,3% | 142 | 1 | (0,1) | - | 0,4 | (3) | 140 |
| ESDE ¹ | 6,6% | 63 | 1 | (11) | - | 0,3 | (2) | 52 |
| ESTE ¹² | 17,2% | 10 | - | - | 2 | - | - | 12 |
| ETEP | 6,4% | 185 | 3 | (0,3) | - | 2 | (6) | 182 |
| ETSE | 5,6% | 45 | 1 | 0 | - | 0,1 | (1) | 45 |
| LUMITRANS | 5,1% | 72 | 1 | (0,1) | - | 0,3 | (3) | 70 |
| STC ¹ | 4,9% | 82 | 1 | 1 | - | 1 | (5) | 79 |
| TRANSIRAPE | 9,6% | 49 | 1 | (0,1) | - | 0,2 | (2) | 48 |
| TRANSLESTE | 9,6% | 42 | 1 | (0,1) | - | 0,2 | (3) | 41 |
| TRANSUDESTE | 9,6% | 32 | 1 | (0,1) | - | 0,2 | (2) | 32 |
| Total | | 8.599 | 157 | (12) | 159 | 161 | (502) | 8.562 |

¹ As RAPs precisam ser adicionadas de PIS/COFINS

² em construção

4.3. DRE 1T19

DRE

| ORÇ | IFRS | | | | Regulatório | | |
|---|--------|-----------|----------|----------|-------------|----------|---------|
| | R\$ MM | 1T19 | 1T18 | Var% | 1T19 | 1T18 | Var% |
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | | | | | | | |
| Disponibilização do sistema de transmissão | | - | - | 0,0% | 401.971 | 463.852 | -13,3% |
| Operação e manutenção | | 145.919 | 139.641 | 4,5% | - | - | 0,0% |
| Remuneração do ativo contratual de concessão | | 124.740 | 127.771 | -2,4% | - | - | 0,0% |
| Correção monetária do ativo contratual de concessão | | (2.380) | 68.855 | - | - | - | 0,0% |
| Construção e indenização | | 111.768 | 38.136 | 193,1% | - | - | 0,0% |
| Outras receitas operacionais | | 2.637 | 1.317 | 100,2% | 389 | 515 | -24,5% |
| Parcela variável | | 869 | (3.597) | - | 869 | (3.597) | - |
| TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA | | 383.551 | 372.123 | 3,1% | 403.229 | 460.771 | -12,5% |
| PIS e COFINS | | (20.773) | (17.955) | 15,7% | (20.040) | (21.984) | -8,8% |
| ISS | | (45) | (45) | -1,9% | (45) | (45) | -1,9% |
| ICMS | | - | - | 0,0% | - | - | 0,0% |
| Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA | | (20.484) | (20.157) | 1,6% | (20.484) | (20.157) | 1,6% |
| Outras deduções | | - | - | 0,0% | - | - | 0,0% |
| Deduções da receita operacional bruta | | (41.302) | (38.158) | 8,2% | (40.568) | (42.187) | -3,8% |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | | 342.249 | 333.966 | 2,5% | 362.660 | 418.584 | -13,4% |
| Pessoal | | (32.742) | (29.564) | 10,7% | (32.741) | (29.564) | 10,7% |
| Material | | (63.470) | (23.978) | 164,7% | (55) | (326) | -83,1% |
| Serviços de terceiros | | (11.730) | (10.115) | 16,0% | (11.731) | (10.116) | 16,0% |
| Outras despesas operacionais | | (5.223) | (5.202) | 0,4% | (7.231) | (5.200) | 39,1% |
| Custos e Despesas | | (113.165) | (68.859) | 64,3% | (51.757) | (45.206) | 14,5% |
| Depreciação e amortização | | (3.386) | (1.484) | 128,2% | (47.678) | (47.191) | 1,0% |
| Custos, Despesas e D&A | | (116.551) | (70.343) | 65,7% | (99.436) | (92.397) | 7,6% |
| RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | | 225.698 | 263.623 | -14,4% | 263.225 | 326.187 | -19,3% |
| Resultado de equivalência patrimonial | | 28.435 | 65.897 | -56,8% | 40.285 | 54.320 | -25,8% |
| Renda de aplicação financeira | | 15.892 | 11.599 | 37,0% | 15.892 | 11.599 | 37,0% |
| Despesas financeiras | | (80.070) | (63.547) | 26,0% | (79.307) | (63.548) | 24,8% |
| Empréstimos e financiamentos | | (6.765) | (1.442) | 369,2% | (6.765) | (1.442) | 369,2% |
| - Juros incorridos | | (3.847) | (3.737) | 2,9% | (3.847) | (3.737) | 2,9% |
| - Variações monetárias | | - | (0) | -100,0% | - | (0) | -100,0% |
| - Variação cambial | | (9.208) | (2.830) | 225,4% | (9.208) | (2.830) | 225,4% |
| - Ajuste ao valor justo | | 6.290 | 5.126 | 22,7% | 6.290 | 5.126 | 22,7% |
| Instrumentos financeiros derivativos | | 584 | (3.792) | - | 584 | (3.792) | - |
| - Juros incorridos | | (2.335) | (3.185) | -26,7% | (2.335) | (3.185) | -26,7% |
| - Variação cambial | | 9.208 | 2.830 | 225,4% | 9.208 | 2.830 | 225,4% |
| - Ajuste ao valor justo | | (6.290) | (3.437) | 83,0% | (6.290) | (3.437) | 83,0% |
| Debêntures | | (71.071) | (57.784) | 23,0% | (71.071) | (57.784) | 23,0% |
| - Juros incorridos | | (39.843) | (33.308) | 19,6% | (39.843) | (33.308) | 19,6% |
| - Variações monetárias | | (31.228) | (24.476) | 27,6% | (31.228) | (24.476) | 27,6% |
| Despesa Financeira – Arrendamento | | (763) | - | 0,0% | - | - | 0,0% |
| Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas | | (2.054) | (530) | 287,7% | (2.054) | (530) | 287,7% |
| Resultado financeiro | | (64.179) | (51.948) | 23,5% | (63.415) | (51.949) | 22,1% |
| RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO | | 189.956 | 277.572 | -31,6% | 240.095 | 328.558 | -26,9% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | | (30.374) | (46.346) | -34,5% | (55.005) | (71.509) | -23,1% |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | | 159.582 | 231.226 | -31,0% | 185.090 | 257.049 | -28,0% |
| EBITDA | | 229.084 | 265.107 | -13,6% | 310.903 | 373.378 | -16,7% |
| Margem EBITDA | | 66,9% | 79,4% | -12,4 pp | 85,7% | 89,2% | -3,5 pp |

* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 31 de março de 2018 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 31 de março de 2019.

4.4. DRE IFRS 1T19 (Subsidiárias)

DRE IFRS

| R\$ MM | TAESA | ETAU | Brasnorte | TBE | Aimorés | Paraguaçu | Ivaí | Transmineiras |
|--|------------------|--------------|--------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|---------------|
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Disponibilização do sistema de transmissão | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Operação e manutenção | 145.918 | 1.656 | 227 | 11.113 | - | - | - | 581 |
| Remuneração do ativo contratual de concessão | 124.740 | 1.061 | 353 | 32.013 | 265 | 364 | 642 | 2.763 |
| Correção monetária do ativo contratual de concessão | (2.380) | 63 | 884 | (10.788) | - | - | - | (202) |
| Construção e indenização | 111.768 | 0 | - | 8.249 | 8.226 | 16.024 | 9.631 | - |
| Outras receitas operacionais | 2.637 | 653 | 246 | 2.561 | - | - | - | 513 |
| Parcela variável | 869 | (0) | - | (53) | - | - | - | - |
| TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA | 383.551 | 3.432 | 1.711 | 43.094 | 8.491 | 16.388 | 10.273 | 3.654 |
| PIS e COFINS | (20.773) | (141) | (175) | (2.596) | (1.119) | (1.808) | (1.550) | (130) |
| ISS | (45) | - | - | - | - | - | - | - |
| ICMS | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA | (20.484) | (254) | (116) | (2.943) | - | - | - | (239) |
| Outras deduções | - | - | - | (76) | - | - | - | - |
| Deduções da receita operacional bruta | (41.302) | (395) | (291) | (5.615) | (1.119) | (1.808) | (1.550) | (369) |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 342.249 | 3.038 | 1.420 | 37.479 | 7.372 | 14.580 | 8.723 | 3.285 |
| CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Pessoal | (32.741) | (10) | (256) | (3.444) | (84) | (125) | (139) | (196) |
| Material | (63.470) | 17 | (80) | (8.574) | (6.229) | (9.032) | (3.772) | (4) |
| Serviços de terceiros | (11.731) | (661) | (152) | (1.953) | (42) | (73) | (67) | (289) |
| Depreciação e amortização | (3.386) | (0) | (2) | (164) | (12) | (15) | (13) | (10) |
| Outras despesas operacionais | (5.223) | 6 | (23) | (721) | (8) | (5) | (1) | (66) |
| Custos e despesas | (116.551) | (648) | (513) | (14.856) | (6.375) | (9.249) | (3.992) | (566) |
| RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | 225.698 | 2.389 | 908 | 22.623 | 997 | 5.331 | 4.731 | 2.720 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 28.435 | - | - | 489 | - | - | - | - |
| Renda de aplicação financeira | 15.892 | 90 | 67 | 993 | 44 | 57 | 124 | 125 |
| Despesas financeiras | (80.070) | (467) | 1 | (5.844) | (3) | (4) | (2) | (720) |
| Empréstimos e financiamentos | (6.765) | (252) | - | - | - | - | - | (720) |
| - Juros incorridos | (3.847) | (212) | - | (4.545) | - | - | - | (703) |
| - Variações monetárias | - | (39) | - | (127) | - | - | - | (11) |
| Debêntures | (71.071) | (88) | - | - | - | - | - | - |
| - Juros incorridos | (39.843) | (88) | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas | (2.054) | (126) | 1 | (1.172) | (3) | (4) | (2) | (6) |
| Resultado financeiro | (64.179) | (376) | 68 | - | 41 | 53 | 122 | (595) |
| RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO | 189.955 | 2.013 | 976 | 18.261 | 1.038 | 5.384 | 4.853 | 2.125 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (30.374) | (682) | (160) | 5.317 | (1.619) | (3.350) | (3.889) | (1.831) |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | 159.582 | 1.331 | 815 | 23.578 | (581) | 2.034 | 964 | 294 |
| EBITDA | 229.084 | 2.389 | 909 | 22.787 | 1.009 | 5.346 | 4.744 | 2.730 |
| Margem EBITDA | 66,9% | 78,7% | 64,0% | 60,8% | 13,7% | 36,7% | 54,4% | 83,1% |

4.5. DRE Regulatório 1T19 (Subsidiárias)

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, Brasnorte, Aimorés, Paraguaçu e TBE se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

DRE Regulatório

| | R\$ mil | TAESA | ETAU | Brasnorte | TBE | Aimorés | Paraguaçu | Ivaí | Transmineiras |
|--|---------|-----------------|----------------|----------------|-----------------|--------------|--------------|--------------|----------------|
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | | | | | | | | | |
| Disponibilização do sistema de transmissão | | 401.971 | 6.467 | 2.830 | 86.575 | - | - | - | 6.361 |
| Parcela variável | | 869 | (0) | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA | | 403.229 | 6.466 | 2.830 | 86.575 | - | - | - | 6.361 |
| PIS e COFINS | | (20.040) | (262) | (259) | (3.582) | - | - | - | (233) |
| ISS | | (45) | - | - | - | - | - | - | - |
| Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA | | (20.484) | (254) | (117) | (3.269) | - | - | - | (239) |
| Deduções da receita operacional bruta | | (40.568) | (515) | (376) | (6.964) | - | - | - | (472) |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | | 362.660 | 5.951 | 2.454 | 79.610 | - | - | - | 5.889 |
| CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS | | | | | | | | | |
| Pessoal | | (32.741) | (10) | (259) | (3.751) | (84) | (125) | (139) | (196) |
| Material | | (55) | (1) | (4) | (159) | - | (6) | (0) | (4) |
| Serviços de terceiros | | (11.731) | (661) | (153) | (2.289) | (56) | (80) | (74) | (289) |
| Depreciação e amortização | | (47.678) | (605) | (654) | (9.060) | (5) | (8) | (6) | (636) |
| Outras despesas operacionais | | (7.231) | 6 | (26) | (765) | (1) | (5) | (1) | (66) |
| Custos e despesas | | (99.436) | (1.271) | (1.096) | (16.025) | (146) | (224) | (221) | (1.191) |
| RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | | 263.225 | 4.680 | 1.359 | 63.585 | (146) | (224) | (221) | 4.698 |
| Resultado de equivalência patrimonial | | 40.285 | - | - | (7.285) | - | - | - | - |
| Renda de aplicação financeira | | 15.892 | 90 | 68 | 1.137 | 44 | 57 | 124 | 125 |
| Despesas financeiras | | (79.307) | (467) | 1 | (7.110) | (2) | (3) | (1) | (720) |
| Empréstimos e financiamentos | | (6.765) | (252) | - | - | - | - | - | - |
| - Juros incorridos | | (3.847) | (213) | - | (5.678) | - | - | - | (703) |
| - Variações monetárias | | - | (39) | - | (175) | - | - | - | (11) |
| Debêntures | | (71.071) | (88) | - | - | - | - | - | - |
| - Juros incorridos | | (39.843) | (88) | - | - | - | - | - | - |
| - Variações monetárias | | (31.228) | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas | | (2.054) | (126) | 1 | (1.257) | (2) | (3) | (1) | (6) |
| Resultado financeiro | | (63.415) | (376) | 69 | (5.973) | 42 | 54 | 123 | (595) |
| RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO | | 240.095 | 4.303 | 1.428 | 50.328 | (104) | (170) | (98) | 4.104 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | | (55.005) | (1.461) | (312) | (2.192) | - | - | - | (1.883) |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | | 185.090 | 2.843 | 1.106 | 48.135 | (104) | (170) | (98) | 2.220 |
| EBITDA | | 310.903 | 5.284 | 2.013 | 72.645 | (141) | (216) | (215) | 5.334 |
| Margem EBITDA | | 85,7% | 88,8% | 82,0% | 91,3% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 90,6% |

4.6. Reconciliação do EBITDA

A reconciliação do EBITDA exclui o impacto ocasionado pela equivalência patrimonial no resultado da Companhia.

Reconciliação EBITDA IFRS

| | R\$ MM | 1T19 | 1T18* | Var. % |
|--|--------|--------------|--------------|------------------|
| Lucro Líquido | | 159,6 | 231,2 | -26,6% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | | 30,4 | 46,3 | -32,4% |
| Despesas Financeiras Líquidas | | 64,2 | 51,9 | 23,5% |
| Depreciação e Amortização | | 3,4 | (1,5) | 128,2% |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | | (28,4) | (65,9) | -54,6% |
| EBITDA | | 229,1 | 265,1 | -9,4% |
| Margem EBITDA | | 66,9% | 79,4% | -12,9 bps |

* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 31 de março de 2018 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 31 de março de 2019.

Reconciliação EBITDA Regulatório

| | R\$ MM | 1T19 | 1T18 | Var. % |
|--|--------|--------------|--------------|-----------------|
| Lucro Líquido | | 185,1 | 257,0 | -28,0% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | | 55,0 | 71,5 | -23,1% |
| Despesas Financeiras Líquidas | | 63,4 | 51,9 | 22,1% |
| Depreciação e Amortização | | 47,7 | 47,2 | 1,0% |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | | (40,3) | (54,3) | -25,8% |
| EBITDA | | 310,9 | 373,4 | -16,7% |
| Margem EBITDA | | 85,7% | 89,2% | -3,5 bps |

4.7. Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial

| | R\$ MM | IFRS 1T19 | Ajuste | Regulatório 1T19 |
|---|--------|------------------|------------------|---------------------|
| Ativos | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 20.881 | - | 20.881 |
| Títulos e valores mobiliários | | 1.175.507 | - | 1.175.507 |
| Clientes | | 146.031 | - | 146.031 |
| Ativo contratual de concessão | | 815.642 | 815.642 | - |
| Impostos e contribuições sociais | | 40.364 | - | 40.364 |
| Dividendos e JCP a receber | | 5.580 | - | 5.578 |
| Outros ativos circulantes | | 49.148 | - | 49.148 |
| Total do Ativo Circulante | | 2.253.153 | 815.642 | 1.437.509 |
| Títulos e valores mobiliários | | 4.402 | - | 4.402 |
| Ativo contratual de concessão | | 4.620.775 | 4.620.775 | - |
| Tributos diferidos | | - | - | - |
| Impostos e contribuições diferidos | | - | (84.333) | 84.333 |
| Impostos e contribuições sociais | | 26 | - | 26 |
| Investimentos | | 1.985.878 | 328.823 | 1.657.057 |
| Contas a receber de concessionárias e permissionárias | | 13.618 | - | 13.618 |
| Depósitos judiciais | | 29.561 | - | 29.561 |
| Instrumentos financeiros derivativos | | 32.863 | - | 32.863 |
| Outras contas a receber | | 17.023 | - | 17.023 |
| Imobilizado | | 22.579 | (4.127.244) | 4.149.823 |
| Intangível | | 65.477 | (146.345) | 211.822 |
| Direito de uso | | 37.716 | 591.676 | 6.200.528 |
| Total do Ativo Não Circulante | | 6.829.918 | 1.407.318 | 7.638.037 |
| Total do Ativo | | 9.083.071 | 1.445.034 | 7.638.037 |
| Passivos | | | | |
| Fornecedores | | 36.912 | - | 36.912 |
| Impostos e contribuições sociais | | 45.991 | - | 45.991 |
| Empréstimos e financiamentos | | 41.016 | - | 41.016 |
| Passivo de arrendamento | | 7.702 | 7.702 | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | | - | - | - |
| Dividendos e JCP a pagar | | 8 | - | 8 |
| Taxas regulamentares | | 581.714 | - | 65.601 |
| Outras contas a pagar | | 37.437 | - | 37.437 |
| Total do Passivo Circulante | | 684.752 | 7.702 | 677.051 |
| Debêntures | | 2.701.191 | - | 2.701.191 |
| Passivo de arrendamento | | 29.930 | 29.930 | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | | - | - | - |
| Impostos e contribuições diferidos | | 171.743 | 138.779 | 32.964 |
| Tributos diferidos | | 287.619 | 287.619 | - |
| Provisão para contingências | | 4.323.136 | - | 28.350 |
| Obrigações especiais | | - | (12.179) | 12.179 |
| Outras contas a pagar | | 36.928 | - | 36.928 |
| Total do Passivo Não Circulante | | 3.666.686 | 444.610 | 3.222.076 |
| Patrimônio Líquido | | | | |
| Capital social realizado | | 3.042.034 | - | 3.042.034 |
| Reserva de capital | | 594.507 | - | 594.507 |
| Reserva de lucros | | 878.340 | - | 878.340 |
| Dividendos adicionais propostos | | 57.170 | - | 57.170 |
| Dividendos Intercalares e Juros sobre Capital Próprio | | - | - | - |
| Prejuízos acumulados | | (0) | 1.018.231 | (1.018.231) |
| Resultado do período | | 159.582 | (25.508) | 185.090 |
| Total do Patrimônio Líquido | | 4.731.633 | 992.723 | 3.738.910 |
| Total do Passivo e do Patrimônio Líquido | | 9.083.071 | 1.445.034 | 7.638.037 |

4.8. Fluxo de Caixa

| Fluxo de Caixa | | |
|---|---------|------------------|
| | R\$ mil | 1T19 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Resultado do período | | 159.582 |
| Itens de resultado que não afetam o caixa: | | - |
| Resultado de equivalência patrimonial | | (28.435) |
| Depreciação e amortização | | 1.766 |
| Amortização de direito de uso | | 1.620 |
| Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis | | 47 |
| Receita de aplicações financeiras | | (15.892) |
| Custo construção - provisão fornecedores | | 60.154 |
| Juros, var monet e cambiais liq e mtrn sobre emprést e financ | | 6.765 |
| Juros e variações monetárias sobre debêntures | | 71.071 |
| Juros passivo de arrendamento | | 763 |
| Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos | | (584) |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | | 22.369 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | 8.005 |
| Tributos diferidos | | 733 |
| Remuneração do ativo contratual de concessão | | (124.740) |
| Correção monetária do ativo contratual de concessão | | 2.380 |
| Receita de construção e indenização | | (111.768) |
| Provisão (Reversão) para parcela variável | | (4.542) |
| | | 49.295 |
| Variações nos ativos e passivos: | | - |
| (Aumento) Redução no saldo de clientes | | 17.711 |
| (Aumento) Redução no saldo de ativo financeiro | | (0,0) |
| (Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão | | 253.805 |
| (Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos | | (7.914) |
| (Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos | | (0) |
| (Aumento) Redução no saldo de outros créditos | | (5.299) |
| Aumento (Redução) no saldo de fornecedores | | (81.557) |
| Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares | | (2.953) |
| Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar | | (19.353) |
| | | 154.441 |
| Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais | | 203.736 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | (17.908) |
| Caixa liq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais | | 185.828 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | |
| (Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos | | (361.074) |
| (Adições) Baixas no imobilizado e intangível | | (776) |
| Aumento de capital em controladas em conjunto | | (44.500) |
| Caixa liq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos | | (406.349) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Captação de empréstimos e financiamentos | | 29.858 |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal | | (2.234) |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros | | (3.439) |
| Captação de debêntures | | 209.997 |
| Pagamento de debêntures - juros | | (9.214) |
| Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros | | (2.427) |
| Pagamento de passivo de arrendamento | | (2.007) |
| Outros | | (0) |
| Caixa liq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento | | 220.534 |
| Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa | | 12 |
| Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa | | 20.869 |
| Saldo final do caixa e equivalentes de caixa | | 20.881 |
| Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa | | 12 |

Aviso Legal

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelas normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A ANEEL, enquanto órgão regulador, tem poderes para regular as concessões.

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da Taesa são meramente projeções e, como tais, baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

EBITDA:

O EBITDA é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação, amortização e receitas. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como lucro líquido alternativo. O EBITDA apresentado é utilizado pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam o EBITDA como um indicador de seu desempenho operacional.

Dívida líquida:

A “dívida líquida” não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho financeiro.